



RELATÓRIO E CONTAS 2021

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
VALORES CARACTERÍSTICOS	5
MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	6
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL	8
FACTOS RELEVANTES.....	11
DESEMPENHO	13
EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS GEOTÉRMICAS.....	17
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOTÉRMICOS.....	23
EXPLORAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS	26
EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS HIDROELÉTRICAS.....	28
EXPLORAÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS.....	32
INVESTIMENTO.....	33
DOMÍNIO SOCIAL.....	38
DOMÍNIO AMBIENTAL.....	43
EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	46
PERSPETIVAS.....	57
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	59
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	71
BALANÇO	74
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	75
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	76
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	77
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	78
APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS.....	129
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	130
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	133
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	137

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EDA Renováveis apresentou em 2021 um resultado positivo de 7 923 milhares de euros, verificando-se um decréscimo de 20%, face ao valor registado no ano anterior, e um desvio de menos 9%, relativamente ao projetado, devido principalmente à interrupção da atividade da Central Geotérmica do Pico Vermelho no último quadrimestre, por avaria. O volume de negócios ascendeu a 26 000 milhares de euros.

Em 2021, a produção de energia elétrica da EDA Renováveis foi 257,2 GWh, revelando um decréscimo de 8,2% face ao valor registado no ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 158,8 GWh, inferior em 17,8% à produção alcançada em 2020. A produção de origem eólica foi de 63,1 GWh, 11,0% superior à verificada no ano anterior. A produção hídrica atingiu os 34,8 GWh, 15,3%, acima do valor registado em 2020. Com o início de produção fotovoltaica nas ilhas de Santa Maria e Corvo, no final do primeiro semestre de 2021, registou-se uma produção de 0,5 GWh até ao final do ano.

O ano de 2021 continuou inevitavelmente marcado pela pandemia COVID-19. A EDA Renováveis, tal como grande parte das empresas, viu a sua atividade condicionada por esta pandemia, principalmente no que respeita à realização do investimento, tendo promovido os ajustamentos necessários e sido dada particular atenção à continuidade do serviço prestado.

O ano de 2021 também fica marcado pela avaria intempestiva ocorrida no transformador de neutro do alternador da Central Geotérmica do Pico Vermelho, que manteve o grupo indisponível durante o último quadrimestre. Devido a esta ocorrência, a exploração dos recursos geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto apenas atingiu uma produção de 158,8 GWh, que consubstancia um decréscimo de 15,0% relativamente ao estabelecido em plano.

No que concerne ao investimento no recurso geotérmico, o ano de 2021 ficou marcado pela continuação da campanha de perfuração na ilha de São Miguel, com a conclusão da perfuração do Poço PV13 e dos Poços CL8, CL9, CL10 e pela perfuração dos Poços PA5, PA6 e PA7 no campo geotérmico do Pico Alto, ilha Terceira, terminando a campanha em dezembro de 2021.

A produção de energia de origem eólica registou um acréscimo de 11,0%, face ao valor registado no ano anterior, apesar da intervenção de beneficiação realizada, durante o verão, às pás dos aerogeradores do parque eólico dos Graminhais, na ilha de São Miguel, e de uma indisponibilidade mais prolongada ocorrida no aerogerador 2, no mês de dezembro. Entre os

meses de fevereiro e agosto verificaram-se também vários problemas no aerogerador 6 no parque eólico do Pico da Urze, na ilha de S. Jorge, diminuindo bastante a sua disponibilidade anual.

A produção de energia de origem hídrica decorreu com alguma normalidade, registando um acréscimo de 15,3% face ao valor registado no ano anterior, constituindo-se a maior produção hidroelétrica anual desde o início da empresa. Houve grandes intervenções em algumas centrais hidroelétricas, nomeadamente na do Salto do Cabrito, cujo alternador esteve a ser reparado fora de região, tendo esta central ficado sem produzir nos primeiros quatro meses do ano, na dos Tambores, cuja requalificação da turbina ocorreu na Áustria, com demoras acentuadas pelo impacto da pandemia, fazendo com que não produzisse praticamente todo o ano, no Varadouro cujos problemas técnicos ainda hoje persistem e na de Além Fazenda, pela necessidade de revisão e requalificação dos geradores da central, o que fez reduzir a produção em dois meses por falta de disponibilidade dos grupos.

A concretização dos objetivos estabelecidos para 2021 contou, como sempre, com a colaboração da EDA, S.A., enquanto acionista maioritária da empresa, aqui se registando o nosso agradecimento.

Para finalizar, reafirma-se o justo apreço a todos os trabalhadores da EDA Renováveis, pela dedicação demonstrada e empenho colocado na realização do seu trabalho, que se traduz no alcance de metas de produção de energia elétrica de origem renovável que se pretendem cada vez mais ambiciosas e nos resultados da empresa, com benefício para o Grupo EDA e para a Região.

VALORES CARACTERÍSTICOS

	2021	2020	2019	2018	2017
PRODUÇÃO ENERGIA ELÉCTRICA (GWh)	257	280	279	289	277
Geotérmica	159	193	192	204	193
Hídrica	35	30	30	27	29
Eólica	63	57	57	59	55
Fotovoltaica	1	0	0	0	0
EQUIPAMENTO (nº)					
Centrais Geotérmicas	3	3	3	3	3
Centrais Hídricas	12	12	12	12	12
Parques Eólicos	7	7	7	7	7
Parques Fotovoltaicos	2	0	0	0	0
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	64	63	63	63	63
Centrais Geotérmicas	27	27	27	27	27
Centrais Hídricas	8	8	8	8	8
Parques Eólicos	29	29	29	29	29
Parques Fotovoltaicos	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0
INDICADORES (Mil Euros)					
Volume de Negócios	26 000	28 370	28 026	28 977	27 299
Resultado Operacional - EBIT	10 601	12 259	12 066	12 924	6 487
EBITDA	18 180	20 143	19 849	20 833	20 748
VAB	20 389	21 933	20 707	21 497	20 353
Resultado por ação (Euro)	1,66	2,09	1,97	2,12	1,83
Capital Próprio	115 306	113 000	108 630	105 179	100 709
Ativo Líquido	129 609	130 521	126 264	125 142	123 224
Investimento (ano)	20 087	13 622	2 887	2 996	3 529
Nº DE TRABALHADORES	80	70	60	54	53

MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A EDA Renováveis tem por **Missão** o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins bem como fornecer bens, prestar serviços e assistência técnica a terceiros em áreas afins, devendo, em articulação com a EDA, assegurar de forma sustentável o interesse da sociedade e das partes interessadas para o seu bom desempenho.

A **estratégia** da EDA Renováveis atende à sua responsabilidade social e promove a transição para uma economia de baixo carbono nos Açores. Considera o desenvolvimento de um portefólio de produção de eletricidade através de fontes renováveis, suportado em soluções diferenciadoras, ajustadas aos recursos naturais de cada uma das ilhas dos Açores.

O capital gerado pela empresa deve assegurar as necessidades de investimento para manutenção, renovação e crescimento da sua capacidade produtiva de modo a capturar as oportunidades provenientes da transição energética e a remunerar o capital acionista.



A estratégia é suportada na capacidade financeira e técnica da empresa e o seu sucesso depende desse binómio. Uma cultura organizacional alicerçada no conhecimento, nas boas práticas e na partilha de valor assegurará as competências necessárias para enfrentar os desafios e as dinâmicas do sector energético.

Assumindo a ética e a responsabilidade social e ambiental como **Valores** é nossa **Visão** que a aplicação das melhores práticas no desenvolvimento das atividades, assente na gestão de riscos e de oportunidades, nos proporcionará alcançar os **Objetivos Estratégicos** definidos nos Planos e Orçamentos da empresa:

- Assegurar a **Qualidade de Serviço e a Satisfação do Cliente** – assente na ideia de que a capacidade produtiva apenas assume valor enquanto realização da satisfação de uma necessidade;

- Promover o **Desenvolvimento Sustentável** – reconhecimento da relevância e do impacto da atividade da empresa nas vertentes ambiental, económica e social nos Açores;
- Garantir a **Solidez e Sustentabilidade Financeira** – determinante para a viabilização e garantia de retorno do projeto EDA Renováveis;
- Promover a **Inovação e a Modernização Tecnológica** – essencial no atual contexto de desenvolvimento tecnológico de descarbonização da economia e da transição energética e da digitalização e conectividade da economia;
- Garantir o **Desenvolvimento de Competências** – assegurar a capacitação e o bem-estar dos trabalhadores através da partilha de valor, do conhecimento e das boas práticas de integração e de suporte na empresa.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

O atual enquadramento económico mundial permanece ainda fortemente marcado pelos efeitos negativos da pandemia COVID-19, das ramificações da sua propagação e das suas variantes, em todo o Mundo desde o início de 2020.

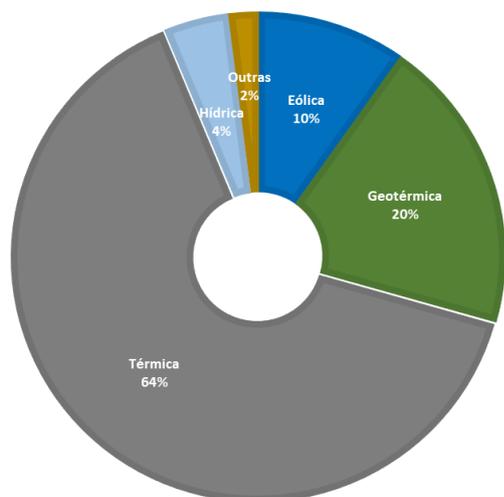
Em Portugal, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto no final de 2021 registou um crescimento de 4,9%, o mais elevado desde 1990 após a diminuição histórica de 8,4% em 2020. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, o valor registado no final do exercício foi de 1,3% em 2021.

Após uma das maiores contrações económicas registada em 2020, a economia melhorou substancialmente com o ajuste gradual das restrições impostas no contexto da pandemia COVID-19.

Na Região Autónoma dos Açores, a evolução recente da economia regional transparece um cenário de retoma, reflexo do controlo relativo da situação pandémica vivenciada desde 2020.

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, com a maior concentração geográfica de clientes a situar-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, responsáveis pelo consumo de 78,7% de energia elétrica na Região.

Em 2021, o consumo de eletricidade na Região Autónoma dos Açores, registou um crescimento na ordem dos 5,8%, com destaque para a evolução positiva de 9,1% no segmento do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, justificado pelo gradual regresso à normalidade em consequência da pandemia. Ao invés, ocorreu a redução do consumo na iluminação pública de 9,0% em resultado da campanha de substituição luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED.



A EDA Renováveis tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins. Na Região Autónoma dos Açores, no ano de 2021, cerca de 89% da eletricidade emitida para a rede com origem em fonte renovável ou de recursos endógenos foi da responsabilidade da EDA Renováveis.

A empresa possui atualmente 3 Centrais Geotérmicas, Ribeira Grande e Pico Vermelho, em São Miguel e Pico Alto, na Ilha Terceira, 7 Parques Eólicos instalados nas ilhas de Santa Maria, São

Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, 12 Centrais mini-hídricas, instaladas nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Flores e 2 Parques Fotovoltaicos instalados em Santa Maria e Corvo.

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 16 de junho de 2020, passível de prorrogação, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos, contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Detém também as concessões para a captação de água superficial, para produção de energia, na ilha de São Miguel, na Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; na Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e nos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como em Vila Franca do Campo, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém igualmente, na ilha das Flores, a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica relativamente às ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algarés, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019 e da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2018. Neste momento aguarda pela nova concessão para aproveitamento hidroelétrico das sobras das águas das nascentes do Cabrito e Furna da Água, na ilha Terceira, para a laboração das centrais da Nasce Água, São João de Deus e Cidade e prepara o processo para solicitar a concessão de recursos hídricos para a captação de águas superficiais e de nascentes das zonas

do Castelhana, Cabeço, Risco, Fajãs, Cabras, Guarda-sol e Águas Claras para laboração na mini-hídrica do Varadouro na ilha Faial.

Os Parques Eólicos e Parques Fotovoltaicos operam mediante as respetivas licenças de exploração.

A exploração dos recursos é feita mediante a atribuição de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, conforme previsto no Art.º 11º, do Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto. A licença é sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, que é concedida após consulta ao concessionário do transporte e distribuição para determinação dos pontos de interligação e da tensão nominal nesses pontos.

A EDA Renováveis, enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tem de acordo com o Art.º 12º, do decreto legislativo regional acima referido garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz, direito esse vertido no contrato de compra e venda de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade na Região Autónoma dos Açores. A eletricidade produzida é vendida aos preços estabelecidos em contrato, cujos preços em 2021 foram de 101,10 euros/MWh.

A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção, em função da procura de energia elétrica e das cláusulas contratuais de fornecimento de energia, conforme princípios estabelecidos no Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto, que determina a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, assentando no princípio da maximização da injeção na rede de produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores de energia renovável com data de entrada em exploração mais antiga e que permita maior integração da componente renovável.

FACTOS RELEVANTES

Na EDA Renováveis o ano de 2021 fica marcado pela continuação da campanha de perfuração dos nove poços geotérmicos nas ilhas de São Miguel e Terceira e pela construção dos parques fotovoltaicos nas ilhas de Santa Maria e Corvo. Releva-se ainda:

- Alteração da composição do Conselho de Administração da EDA Renováveis, na sequência da passagem à reforma do anterior Presidente;
- Celebração de protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para contribuir para a sustentabilidade ambiental do concelho;
- Conclusão da construção da plataforma dos poços geotérmicos CL8, CL9 e CL10 no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, assim como o respetivo acesso;
- Conclusão da perfuração do Poço PV13 e execução dos Poços CL8, CL9 e CL10, no campo geotérmico da Ribeira Grande e dos Poços PA5, PA6 e PA7 no campo geotérmico do Pico Alto;
- Início dos ensaios de produtividade dos poços geotérmicos do Campo Geotérmico da Ribeira Grande;
- Contratação de serviços de engenharia para a elaboração do projeto de ligação do poço PA5 à Central Geotérmica do Pico Alto;
- Avaria no alternador da Central Geotérmica do Pico Vermelho, com danos irreparáveis no armário de ligações do neutro;
- Manutenção programada das turbinas e alternador do Grupo n.º 3 da Central Geotérmica da Ribeira Grande;
- Conclusão dos trabalhos de construção do Parque Fotovoltaico na ilha de Santa Maria com a execução das montagens dos equipamentos de baixa e média tensão no edifício do posto de seccionamento / posto de transformação pelo empreiteiro da área;
- Conclusão dos trabalhos de construção do Parque Fotovoltaico da ilha do Corvo;
- Revisão do gerador e reparação da turbina da Central Hidroelétrica do Salto do Cabrito;
- Revisão e melhoria do isolamento dos geradores da Central Hidroelétrica de Além Fazenda;
- Montagem de nova roda da turbina e sistema de controlo de caudal e reparação da chumaceira da Central Hídrica dos Tambores;
- Revisão completa do gerador da Central Hidroelétrica da Ribeira da Praia;

- Instalação de um novo sistema de circulação de ar para refrigeração da sala de máquinas da Central Hidroelétrica da Foz da Ribeira Quente;
- Reparação das chumaceiras do desmultiplicador de velocidade e revisão do mesmo da Central Hidroelétrica do Varadouro;
- Execução dos trabalhos de recuperação das superfícies das pás dos aerogeradores do Parque Eólico dos Graminhais por uma equipa especialista do fabricante;

DESEMPENHO

Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,5
São Miguel	Graminhais	9,0
Terceira	Serra do Cume	9,0
São Jorge	Pico da Urze	1,8
Pico	Terras do Canto	2,4
Faial	Salão	4,3
Flores	Boca da Vereda	0,6
Total		28,6

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,7
	Tambores	0,1
	Canário	0,4
	Foz Ribeira Quente	0,8
	Ribeira da Praia	0,8
	Nova	0,6
	Túneis	1,6
Terceira	Nasce D'Água	0,7
	Cidade	0,3
	São João de Deus	0,4
Faial	Varadouro	0,3
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,6
Total		8,4

Ilha	Parque Fotovoltaico	Potência (MW)
Santa Maria	Aeroporto	0,6
Corvo	Vila do Corvo	0,1
Total		0,7

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Pico Vermelho	10,0
	Ribeira Grande	13,0
Terceira	Pico Alto	3,5
Total		26,5

Em 2021, a potência total instalada em centrais hídricas, eólicas e geotérmicas da EDA Renováveis ascendia a 64,1 MW. O conjunto dos centros produtores integram:

- 7 Parques Eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW;
- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,3 MW, localizadas em São Miguel, Terceira, Faial e Flores;
- Três Centrais Geotérmicas duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW;
- 2 Parques Fotovoltaicos, localizados nas ilhas de Santa Maria e Corvo, com potências de 600 KW e 75 KW respetivamente, totalizando uma potência de 0,7 MW.

O aproveitamento do recurso geotérmico na ilha de São Miguel é efetuado no campo da Ribeira Grande, localizado no flanco norte do vulcão do Fogo, através da operação das Centrais da Ribeira Grande e do Pico Vermelho. A Central da Ribeira Grande é abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, situados na parte sul do campo, designada por sector de Cachaços-Lombadas.

A Central do Pico Vermelho é abastecida pelo fluido geotérmico dos Poços PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, situados, na parte norte do vulcão, designada por sector do Pico Vermelho.

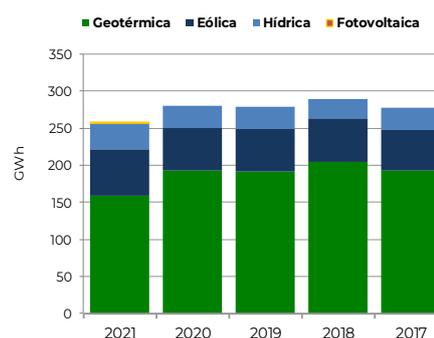
Após utilização nas centrais, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório, com a reinjeção a ser repartida pelos sectores de Cachaços-Lombadas (Poços CL4 e CL4-A) e do Pico Vermelho (Poços PV9, PV10 e PV11). Face à boa permeabilidade dos poços de reinjeção e à sua localização, numa elevação inferior à das centrais, a reinjeção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem.

Na ilha Terceira, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico do Pico Alto, localizado no vulcão do Pico Alto, através da operação da Central com a mesma designação com uma potência instalada de 3,5 MW. Este campo geotérmico, ainda em investigação, dispõe de apenas 4 poços em exploração, com profundidades variáveis entre 1,1 e 1,9 km.

A Central do Pico Alto (3,5 MW), em operação desde agosto de 2017, é abastecida pelo calor do fluido captado pelos Poços PA2, PA3 e PA4, que após utilização na Central são devolvidos ao reservatório profundo, no poço PA8, onde a reinjeção ocorre em aspiração.

Emissão de energia eléctrica de origem renovável, por recurso (GWh)

	2021	2020	2019	2018	2017	Var. 2021/2020
Eólica	63,1	56,9	57,4	58,7	55,0	11,0%
Geotérmica	158,8	193,2	191,5	204,2	193,0	-17,8%
Hídrica	34,8	30,2	29,6	26,5	29,4	15,3%
Fotovoltaica	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Total	257,2	280,2	278,6	289,4	277,4	-8,2%



Do total de energia eléctrica emitida pela EDA Renováveis, 257,2 GWh, 62% foi de origem geotérmica, 25% de origem eólica e 14% de origem hídrica. Face ao ano anterior verificou-se um decréscimo global de 8,2%, com variações de -17,8%, na produção geotérmica, 11,0% na produção eólica e 15,3% na produção hídrica.

Produção de energia elétrica de origem renovável, por ilha, em 2021 (GWh)

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Total
Santa Maria	-	-	3,0	0,5	3,5
S. Miguel	132,8	26,4	18,0	-	177,2
Terceira	25,9	2,2	24,6	-	52,8
S. Jorge	-	-	3,6	-	3,6
Pico	-	-	6,2	-	6,2
Faial	-	0,1	6,9	-	7,0
Flores	-	6,1	0,9	-	6,9
Corvo	-	-	-	0,0	0,0
Total	158,8	34,8	63,1	0,5	257,2

A energia elétrica entregue pela EDA Renováveis nas redes dos sistemas elétricos das ilhas de São Miguel e Terceira assume especial relevância.

Em 2021, a energia renovável emitida pela empresa representou 40,0%, no total do sistema elétrico da ilha de São Miguel. A energia de origem

geotérmica correspondeu a 30,0%.

Na ilha das Flores, a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu 59,8%, do qual, 52,2% respeita a energia hídrica e 7,6% a energia eólica.

Na ilha Terceira, a produção, da responsabilidade da EDA Renováveis, de origem geotérmica representou 13,4%, no total da energia elétrica no sistema elétrico da ilha e a energia eólica representou de 12,7%, num total de 27,3%, considerando o contributo de 1,2% da produção hídrica.

Na ilha de Santa Maria a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu os 16,8%, da qual, 14,3% respeita a energia eólica e 2,5% a energia solar.

Já nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge a percentagem de energia renovável da responsabilidade da EDA Renováveis nos sistemas elétricos dessas ilhas foi de 14,6%, 12,9% e 12,3%, respetivamente.

Nº total e duração de Ocorrências 2021, por causas

	Imprevistas		Previstas		Total	
	Nº	Duração horas	Nº	Duração horas	Nº	Duração horas
Santa Maria	1	0,1	2	6,0	3	6,1
PE Figueiral	1	0,1	2	6,0	3	6,1
São Miguel	7	2 926,3	12	436,2	19	3 362,5
CG Ribeira Grande	0	0,0	4	379,6	4	379,6
CG Pico Vermelho	6	2 924,0	2	12,6	8	2 936,6
CH Salto do Cabrito	0	0,0	1	6,0	1	6,0
CH Tambores	1	2,3	0	0,0	1	2,3
CH Canário	0	0,0	1	6,8	1	6,8
CH Foz da Ribeira Q	0	0,0	1	9,8	1	9,8
CH Ribeira da Praia	0	0,0	1	7,6	1	7,6
CH Nova	0	0,0	2	13,8	2	13,8
Terceira	31	111,3	5	92,8	36	204,1
CG Pico Alto	30	110,2	3	87,4	33	197,6
CH São João	0	0,0	1	2,6	1	2,6
CH Cidade	1	1,0	1	2,8	2	3,9
São Jorge	0	0,0	2	5,6	2	5,6
PE Pico da Urze	0	0,0	2	5,6	2	5,6
Pico	1	0,1	1	3,2	2	3,4
PE Terras do Canto	1	0,1	1	3,2	2	3,4
Flores	5	0,9	1	2,3	6	3,2
PE Boca da Vereda	0	0,0	1	2,3	1	2,3
CH Além Fazenda	5	0,9	0	0,0	5	0,9
Total	45	3 038,6	23	546,2	68	3 584,8

Nº e duração de ocorrências causadoras de deslastes na rede pública de abastecimento de energia elétrica em 2021, com origem em equipamentos da EDA RENOVÁVEIS

	2021				2020			Var. 2021/20	
	Nº	Duração horas	TIEPI ⁽¹⁾ hh:mm:ss	Energia Não Distribuída kWh	Nº	Duração horas	TIEPI ⁽¹⁾ hh:mm:ss	Nº	Duração
Santa Maria	1	0,1	0:02:00	67	0	0,0	0:00:00	-	-
PE Figueiral	1	0,1	0:02:00	67	0	0,0	0:00:00	-	-
São Miguel	4	3,3	0:03:11	2 422	3	2,2	0:07:03	33%	49%
CG Pico Vermelho	4	3,3	0:03:11	2 422	3	2,2	0:07:03	33%	49%
Terceira	4	2,2	0:05:06	1 737	12	13,0	0:08:56	-67%	-83%
CG Pico Alto	4	2,2	0:05:06	1 737	11	12,8	0:08:27	-64%	-83%
PE Serra do Cume	0	0,0	0:00:00	0	1	0,2	0:00:29	-100%	-100%
Pico	1	0,1	0:01:23	100	0	0,0	0:00:00	-	-
PE Terras do Canto	1	0,1	0:01:23	100	0	0,0	0:00:00	-	-
Faial	0	0,0	0:00:00	0	1	0,2	0:00:40	-100%	-100%
PE Salão	0	0,0	0:00:00	0	1	0,2	0:00:40	-100%	-100%
Flores	5	0,9	0:17:18	321	2	0,1	0:01:23	150%	766%
CH Além Fazenda	5	0,9	0:17:18	321	2	0,1	0:01:23	150%	766%
Total	15	6,5		4 648	18	15,5		-17%	-58%

(1) Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada, (interrupção geral do sistema eléctrico da ilha)

Em 2021 foram registados 68 eventos causadores de interrupções na produção nas instalações da EDA Renováveis, com uma duração de 3.584,8 horas, relacionados com causas próprias ou externas, classificados como imprevistos ou como previstos, quando relacionadas com atividades de manutenção, conservação e reparação de equipamentos.

Do total, 45, com uma duração de 3.038,6 horas estão classificadas como imprevistas e 23, com uma duração de 546,2 horas como previstas.

Do total de interrupções, 53, com uma duração de 3.542,3 horas, não tiveram impacto no abastecimento de energia elétrica.

Assim, no ano de 2021, verificaram-se 15 interrupções, com uma duração total de 6,5 horas, com impacto ao nível da qualidade e satisfação do serviço prestado, considerando-se neste caso as interrupções que provocaram situações de deslastre de redes nos respetivos sistemas elétricos.

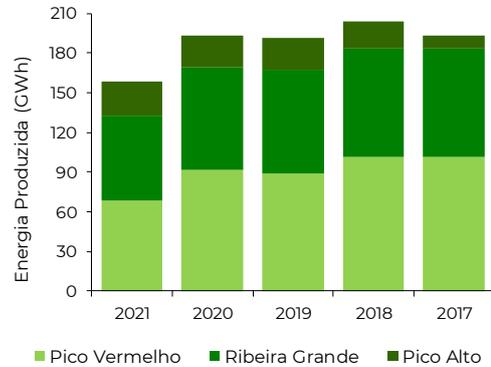
Face ao ocorrido em 2020 verifica-se uma melhoria dos indicadores do número e duração de ocorrências de deslastes na rede pública com origem nos centros produtores da EDA Renováveis.

EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS GEOTÉRMICAS

Emissão de Energia Elétrica

Centrais Geotérmicas (GWh)

	2021	2020	2019	2018	2017	Var. 2021/20	Contr. 2021
Pico Vermelho	68,3	91,8	89,0	101,4	101,8	-25,6%	43%
Ribeira Grande	64,5	77,6	78,3	82,2	81,4	-16,9%	41%
Pico Alto	25,9	23,7	24,2	20,6	9,8	9,2%	16%
	158,8	193,2	191,5	204,2	193,0	-17,8%	100%

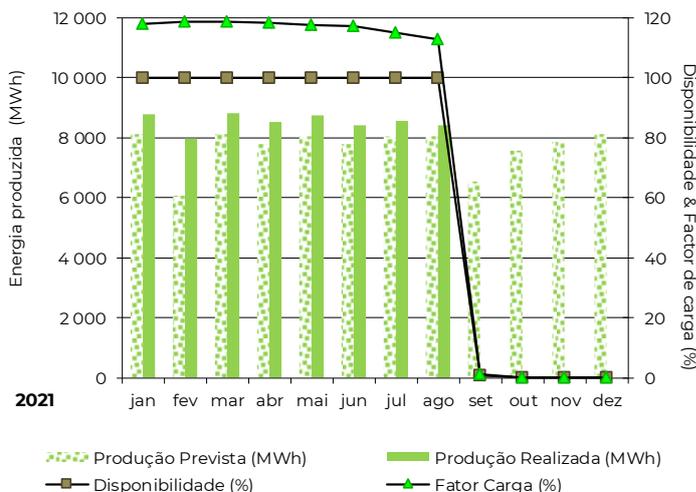


Em 2021, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos totalizou 158,8 GWh, menos 17,8 % do que o registado em 2020.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Parâmetro	Un.	2021		2020
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	92,1	68,3	91,8
Potência Média	MW	10,9	7,8	10,5
Disponibilidade	%	96,1	66,6	92,6
Fator de carga ⁽¹⁾	%	105,1	78,0	104,5

(1) Quando comparada com a potência contratada.



A **Central Geotérmica do Pico Vermelho** produziu 68,3 GWh, menos 25,6% do que o valor verificado em 2020. A disponibilidade atingida foi de 66,6% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, foi de 78,0%.

A produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho durante o ano de 2021 ficou aquém da previsão efetuada em resultado da avaria ocorrida no alternador que obrigou à indisponibilidade total do grupo durante o terceiro quadrimestre de 2021.

A avaria afetou o armário de ligações do neutro do alternador, inviabilizando a sua reutilização,

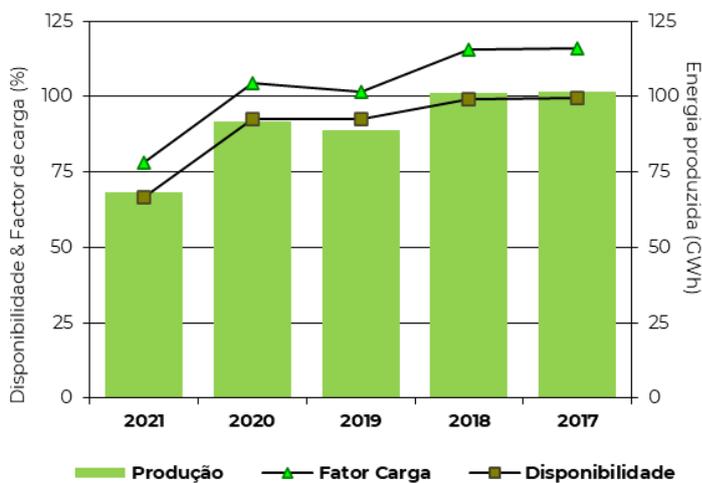
motivado por uma disrupção fase-terra ocorrida na haste de descarga da fase U, no lado dos 11kV do transformador de potência. A resolução foi de elevada exigência, mantendo-se

contatos contínuos com a BRUSH, fabricante do alternador, e com a ORMAT SYSTEMS, procurando antecipar a reposição do grupo em serviço.

Após a inspeção da máquina e avaliação da extensão dos danos pela BRUSH, foi adjudicado o fornecimento de um novo armário com previsão de entrega em abril de 2022.

O esforço permanente na identificação de soluções alternativas que permitissem o restabelecimento das condições de operação do alternador e antecipassem o arranque da instalação, conduziu, no início de dezembro, à adjudicação de fornecimento de um armário compatível, pela ORMAT e a reposição do grupo em serviço no final de janeiro de 2022.

De salientar o elevado empenho e dedicação da equipa técnica da EDA RENOVÁVEIS, que, apesar das dificuldades externas que a pandemia COVID-19 impôs no mercado internacional, afetando os tempos de resposta dos fornecedores e de empresas de transporte, manteve-se persistente nos contatos com os diversos intervenientes e focada na resolução da avaria.

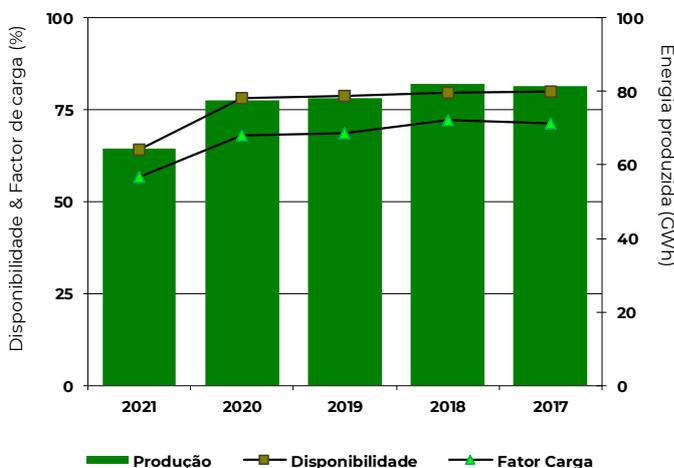
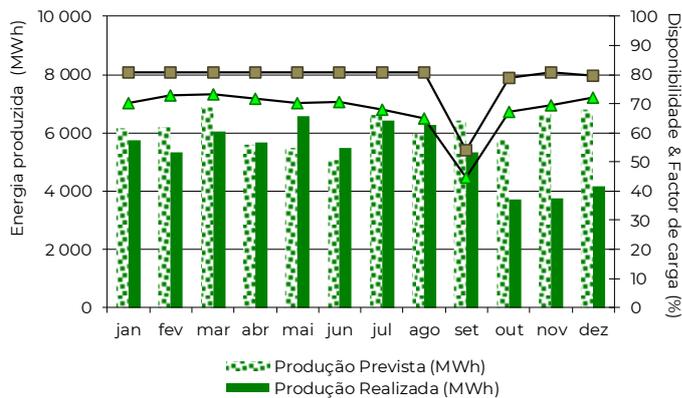


Na Central Geotérmica do Pico Vermelho, atendendo à avaria do alternador, procedeu-se ao reajuste dos planos de manutenção previstos para o grupo gerador e sistemas auxiliares, bem como das inspeções dos sistemas de injeção de inibidor.

Indicadores de produção, Central Geotérmica da Ribeira Grande

Parâmetro	Un.	2021		2020
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	73,6	64,5	77,6
Potência Média	MW	8,4	7,37	8,8
Disponibilidade	%	75,4	64,1	78,3
Fator de carga ⁽¹⁾	%	64,6	56,7	68

(1) Quando comparada com a potência contratada.



A **Central Geotérmica da Ribeira Grande**, em 2021, produziu 64,5 GWh, valor este inferior ao valor verificado em 2020 e ao previsto inicialmente.

No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, assim como as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos de manutenção para 2021.

De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os indicados no quadro.

À semelhança de anos anteriores, foi realizada a paragem anual da Central para a realização de trabalhos de manutenção diversa na instalação, assim como a conclusão dos trabalhos de reparação da cobertura do edifício das oficinas de manutenção, que se encontra localizado sob a linha de 60 kV. Esta

indisponibilidade foi coordenada com a concessionária EDA, S. A. para a conclusão dos trabalhos de montagem do novo painel que ligará a nova linha de 60 kV, a construir, à Subestação da Ponta Garça, da sua responsabilidade.

No âmbito da manutenção preventiva, procedeu-se à revisão geral do alternador e turbinas do Grupo n.º 3. Os trabalhos iniciaram-se no final de setembro, sendo que o alternador foi desmontado do local e enviado para as instalações do prestador de serviços IEME, Lda., no Porto, com vista à completa beneficiação, e as turbinas foram intervencionadas no local com

a substituição dos rolamentos e dos empanques mecânicos de vedação dos veios, pela equipa de manutenção da EDA RENOVÁVEIS, S. A. e dois técnicos do fabricante ORMAT. No decorrer desta manutenção identificou-se uma degradação excessiva de um acoplamento da turbina de alta pressão, obrigando à aquisição imediata do componente, contudo existiram diversos imprevistos no seu fornecimento e transporte, também motivados pelas dificuldades atuais que a pandemia COVID-19 impôs no mercado internacional, que obrigou à indisponibilidade do grupo durante o último trimestre.

No decorrer do início de 2021 foi efetuada a manutenção geral às turbinas do Grupo n.º 2 pela equipa de manutenção da EDA RENOVÁVEIS, S. A., contudo, após o arranque do grupo, verificaram-se vibrações elevadas e excessivas numa das turbinas, situação que indisponibilizou o grupo durante o primeiro quadrimestre do ano.

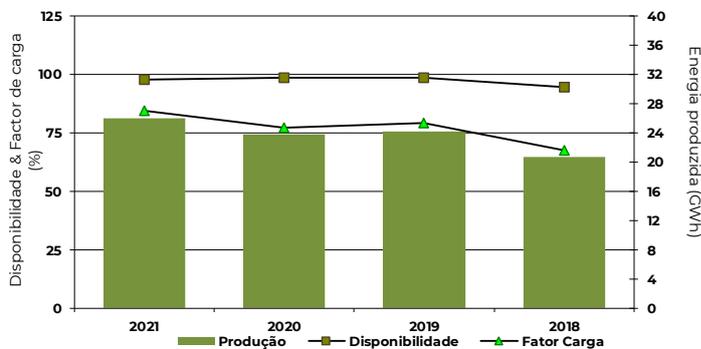
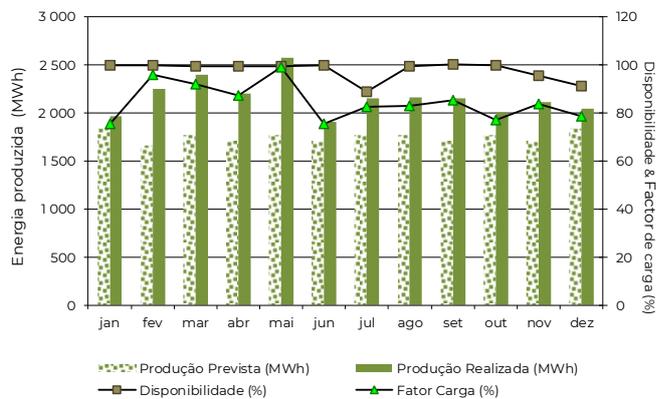
A resolução da ocorrência teve o apoio do fabricante ORMAT que procedeu inicialmente à aplicação de técnicas de análise de vibrações correlacionado com imagem de vídeo, no sentido de identificar de forma clara a origem das vibrações, cuja resolução só foi possível com a nova desmontagem e manutenção da turbina em oficina.

No ano de 2021, manteve-se a restrição de realização de visitas às instalações das Centrais Geotérmicas, garantindo a segurança das pessoas ao serviço, mantendo ativo o plano de contingência COVID-19 da empresa.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto

Parâmetro	Un.	2021		2020
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	21,0	25,9	23,7
Potência Média	MW	2,5	3,0	2,7
Disponibilidade	%	95,0	97,6	98,6
Fator de carga ⁽¹⁾	%	68,5	84,5	77,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.



de manutenção deste equipamento.

A produção de 2021, foi assegurada com o contributo dos poços geotérmicos PA2, PA3 e PA4, sendo que esta combinação, permitiu uma produção da Central Geotérmica do Pico Alto, de 25,9 GWh, representando um incremento de cerca de 2,2 GWh, comparativamente ao ano transato.

O incremento acima referido, foi alcançado através da otimização da operação do poço geotérmico PA3, que apesar da dificuldade em obter-se uma produção estável e continua, permitiu gerir o seu comportamento cíclico, aumentando o aproveitamento do recurso geotérmico disponível.

No ano de 2021, a **Central Geotérmica do Pico Alto** produziu 25,9 GWh, valor superior à produção anual estabelecida para o ano, de 21 GWh, tendo sido o melhor ano a nível de produção da Central Geotérmica do Pico Alto, desde o início da sua operação.

No que respeita às atividades de manutenção programada ao grupo gerador e sistemas auxiliares, estas foram executadas conforme previsto no Plano de Manutenção de 2021. A paragem anual para as atividades de manutenção programada foi realizada no mês de julho, tendo-se aproveitado a oportunidade para se efetuar a manutenção à Subestação e aos transformadores principal e de serviços auxiliares de 30 kV. Ainda no âmbito da manutenção anual foi realizada a substituição do grupo mecânico da turbina, cumprindo-se desta forma o programado no manual

A disponibilidade, em 2021, sofreu um decréscimo de 1 ponto percentual, face ao ano transato, fixando-se nos 97,6%. Esta descida, deve-se essencialmente aos meses de novembro e dezembro, onde se verificou a ocorrência de vibrações excessivas no grupo mecânico da turbina, que obrigou a uma troca deste grupo por um recondicionado, por parte do fabricante Exergy International, com o acompanhamento da equipa de manutenção.

No ano de 2021, manteve-se a restrição de realização de visitas à Central Geotérmica do Pico Alto, garantindo a segurança das pessoas ao serviço, mantendo ativo o plano de contingência COVID-19 da empresa.

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOTÉRMICOS

Ao longo de 2021, a Central Geotérmica da Ribeira Grande foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos Poços CL1, CL5, CL6 e CL7, os quais, tal como observado nos anos anteriores, mantiveram uma produção relativamente estável. Não obstante, a produção destes poços continuou a revelar-se insuficiente para saturar a potência da Central, conforme já verificado nos indicadores de produção referidos. Após a utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjeção CL4 e CL4-A, sem necessidade de bombagem. Quanto aos restantes poços localizados no sector de Cachaços-Lombadas, o CL3 manteve-se como poço de monitorização, garantindo o acompanhamento, em contínuo, da pressão no reservatório, enquanto o CL2, face ao colapso do revestimento de produção identificado em 2013, foi mantido fora de serviço.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos Poços PV3, PV4 e PV8. A produção dos poços manteve-se estável à semelhança dos anos anteriores. Após utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjeção PV9, PV10 e PV11. Face à elevada produtividade dos poços no sector do Pico Vermelho, e também por opção de operação da Central, os poços PV2 e PV7 mantiveram-se fechados durante o ano de 2021. Neste contexto, no Pico Vermelho continuou a verificar-se uma elevada flexibilidade operacional do parque de poços de produção, com consequente saturação permanente da potência da Central. Quanto ao PV5 e PV6, estes mantiveram-se como poços de monitorização, constatando-se que se mantém a recuperação térmica muito lenta desta zona do reservatório geotérmico, após ter sido submetida a 8 anos de reinjeção em contínuo (2007-2014).

Na Central Geotérmica do Pico Alto, os Poços PA2 e PA4 foram produtores preferenciais, tendo-se durante 2021 tentado otimizar a exploração do PA3, pelo que este foi utilizado em cerca de 45% dos dias do ano. O poço de injeção é o PA8 e, até à data, não apresentou problemas na receção de efluente da central. O PA1 manteve-se como poço de monitorização.

No âmbito do acompanhamento da resposta do reservatório geotérmico da Ribeira Grande ao esforço de exploração, foi seguido o plano de monitorização do recurso, incluindo a monitorização da produção dos poços (caudal, entalpia e pressão à cabeça), a monitorização da pressão e temperatura do reservatório (quer através de diagrfias periódicas, quer através do registo contínuo) e a evolução da composição química dos fluidos produzidos (incluindo a fase líquida, os gases não condensáveis e os isótopos). Ao longo de 2021, e à semelhança dos

anos anteriores, o reservatório geotérmico da Ribeira Grande manteve-se estável, indicando a exploração sustentável do recurso até à data.

No âmbito das operações de manutenção preventiva dos poços geotérmicos, manteve-se a aplicação de um inibidor químico de precipitação de calcite no interior dos poços de produção do campo geotérmico da Ribeira Grande, para, dessa forma, manter a capacidade produtiva dos mesmos. Para além disso, com recurso a calibradores de diferentes diâmetros, manteve-se a inspeção da eventual presença e extensão de incrustações de calcite no interior dos poços.

No âmbito das obrigações de acompanhamento ambiental do campo geotérmico da Ribeira Grande, prosseguiram-se os programas de monitorização sismovulcânica, a cargo do CIVISA, incluindo as componentes da geodesia (deformação do terreno), da geofísica (sismicidade) e da geoquímica (campos fumarólicos), bem como dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a cargo do INOVA, não tendo sido identificados impactos imputáveis à exploração geotérmica.

No Campo Geotérmico do Pico Alto manteve-se o plano de monitorização da exploração, muito semelhante ao implementado em São Miguel, diferindo, no entanto, na periodicidade do acompanhamento, mais apertada, devido à necessidade de caracterização detalhada nos primeiros anos de produção e por se tratar de um reservatório com características diferentes. A situação pandémica com origem no vírus SARS-CoV-2, condicionou algumas das ações de monitorização geoquímica dos poços geotérmicos face às restrições de mobilidade implementadas por prestadores de serviços, não tendo sido possível cumprir todo o plano de monitorização da exploração.

Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismo-vulcânico, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactos ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

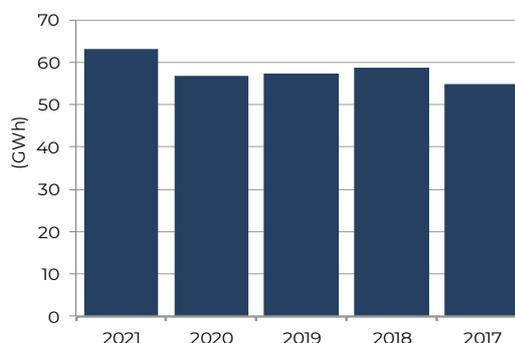
No seguimento do RECAPE da construção e exploração da Central Geotérmica do Pico Alto (CGPA), continuou a desenvolver-se o plano de Conservação e Integração Paisagística da CGPA com o objetivo de tomar *“medidas ativas para a preservação da população local de *Ammi trifoliatum*, bem como dos habitats protegidos adjacentes (turfeiras e ericais) e das Escodas de Lava Históricas”*, reequacionado para o programa de conservação de espécies raras protegidas dentro do espaço da CGPA; estabelecendo o *“tratamento vegetal dos taludes das plataformas, com espécies adequadas e características da flora local, com vista a*

colmatar problemas de erosão dos solos e a garantir a continuidade do coberto vegetal da envolvente”; e “a implantação de uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, com utilização de espécies características da região, adaptadas às condições edafoclimáticas, e disposta de modo a estabelecer uma certa continuidade física, ecológica e visual com os corredores vegetais existentes”, prevendo a plantação de cerca de 45.200 pés/estacas/sementes de espécies lenhosas e herbáceas nativas e/ou endémicas dos Açores. O plano foi estabelecido, com a supervisão do Professor Eduardo Dias, do Gabinete de Ecologia Vegetal e Aplicada, da Universidade dos Açores, e a sua implementação iniciou-se no final de 2018.

EXPLORAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS

Emissão de energia eólica (GWh)

2021	2020	2019	2018	2017	Var.% 2021/20
63,1	56,9	57,4	58,7	55,0	0,1



Em 2021 a produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 63,1 GWh, correspondendo a um acréscimo de 11% relativamente ao valor registado no ano anterior (56,8 GWh).

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico		2021	2020	Variação	
Figueiral	Santa Maria	2 963	2 520	443	18%
Graminhais	São Miguel	17 981	15 029	2 952	20%
Serra do Cume	Terceira	24 605	23 192	1 413	6%
Pico da Urze	São Jorge	3 553	3 150	403	13%
Terras do Canto	Pico	6 197	6 107	90	1%
Salão	Faial	6 905	6 256	649	10%
Boca da Vereda	Flores	884	600	284	47%
Total		63 088	56 855	6 233	11%

Parque Eólico		2021		
		Potência (MW)	Horas Equivalentes	Fator de Carga
Figueiral	Santa Maria	1,5	1 975	23%
Graminhais	São Miguel	9,0	1 998	23%
Serra do Cume	Terceira	9,0	2 734	31%
Pico da Urze	São Jorge	1,8	1 974	23%
Terras do Canto	Pico	2,4	2 582	29%
Salão	Faial	4,3	1 625	19%
Boca da Vereda	Flores	0,6	1 473	17%
Total	Total	28,6	2 210	25%

Durante o ano, ao nível da exploração, destaca-se a indisponibilidade mais prolongada do aerogerador número seis do parque do Pico da Urze, na ilha de S. Jorge, entre os meses de fevereiro e agosto, por passagens à massa em vários enrolamentos do alternador, que levaram à necessidade de intervenção da equipa do fabricante da especialidade seguida de várias avarias, algumas das quais obrigando a aguardar a chegada de material. Passagens à massa semelhante ocorreram nos aerogeradores três e quatro do parque eólico da Serra do Cume, na ilha Terceira, mas que causaram menor impacto na indisponibilidade dos equipamentos, pela disponibilidade imediata da equipa especialista e pela simultaneidade das avarias.

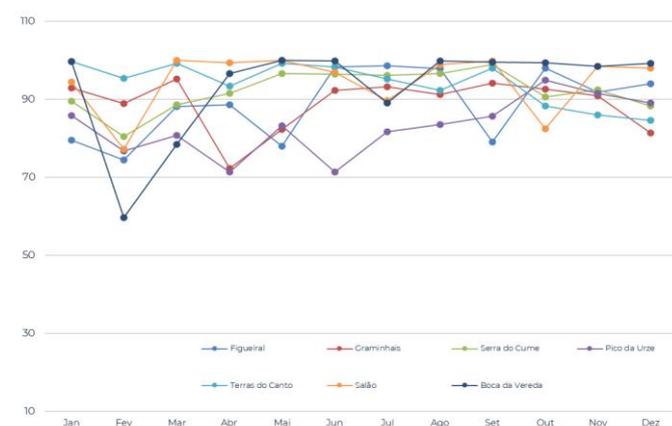
Em 2021, as taxas de disponibilidade, que representam a relação entre o número de horas que os aerogeradores estiveram disponíveis,

face ao número de horas potencial ao longo do ano, de cada parque eólico, foram as seguintes:

Taxa de disponibilidade, Parques Eólicos (%)

	2021												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Figueiral	79,5	74,6	88,2	88,6	78,1	98,4	98,7	97,8	79,1	98,1	91,9	94,0	88,9
Graminhais	93,0	89,0	95,3	72,4	82,4	92,4	93,3	91,3	94,2	92,7	91,0	81,4	89,0
Serra do Cume	89,5	80,5	88,6	91,6	96,7	96,5	96,2	96,6	98,9	90,7	92,6	88,3	92,2
Pico da Urze	85,9	76,8	80,9	71,4	83,3	71,5	81,8	83,6	85,7	95,0	91,5	89,2	83,0
Terras do Canto	99,7	95,4	99,3	93,4	99,2	98,4	95,3	92,4	98,1	88,3	86,0	84,7	94,2
Salão	94,6	77,3	100,0	99,4	100,0	96,9	89,8	98,9	99,9	82,4	98,4	98,1	94,7

Disponibilidade dos parques eólicos %



dos trabalhadores implementadas pelas diversas entidades, tendo, contudo, sido totalmente asseguradas.

No âmbito da desmaterialização dos processos, toda a metodologia de reporte de avaria, de solicitação de intervenção e de relatório da intervenção, com discriminação das tipologias, das metodologias empregues, dos técnicos intervenientes e dos materiais utilizados está integrada em plataforma eletrónica própria, denominada NAVIA.

Nos meses de agosto, setembro e outubro, uma equipa especialista do fabricante, utilizando equipamento de elevação adequado, procedeu aos trabalhos de recuperação das superfícies das pás dos dez aerogeradores do Parque Eólico dos Graminhais, que, em inspeção realizada anteriormente, revelava pontos de elevado desgaste na fibra da superfície, zonas com microfissuras e de um modo geral uma degradação nos bordos de ataque das pás, originadas pela abrasão das partículas sólidas presentes no ar, que recomendavam essa intervenção. Com esta ação agora realizada, recupera-se à situação de novas, as pás dos aerogeradores montados em 2011 garantindo assim as boas condições dos equipamentos no prazo da sua vida útil expectável, de vinte anos.

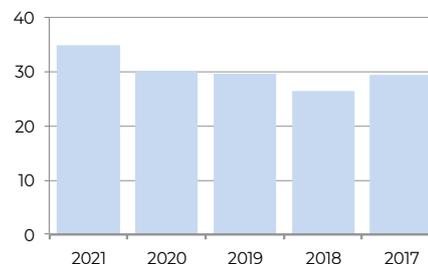
As disponibilidades dos aerogeradores dos diferentes parques registam valores anuais entre os 95%, verificada no parque do Salão, na ilha do Faial, e os 83% no parque eólico do Pico da Urze.

As intervenções de manutenção preventiva dos aerogeradores são asseguradas pela equipa do fabricante, na intervenção do tipo anual, e pela SEGMA, empresa do Grupo EDA, nas intervenções preventivas semestrais e nas intervenções de carácter curativo exceto as que, pela especificidade, requerem a intervenção dos fabricantes. Estas intervenções foram sendo ajustadas em função das dificuldades de circulação entre as ilhas e das medidas de proteção

EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

Emissão de energia hídrica (GWh)

2021	2020	2019	2018	2017	Var.% 2021/20
34,8	30,2	29,6	26,5	29,4	15,3%



No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 34,80 GWh, em 2021, correspondendo a um acréscimo de 15% relativamente à produção de 30,19 GWh registada no ano anterior.

Do ponto de vista do recurso e no que respeita à produção de energia hidroelétrica, o ano de 2021 constituiu-se o melhor ano de produção na história da empresa, caracterizado por uma precipitação anual mais elevada do que a normal climatológica, especialmente nas ilhas das Flores e São Miguel. Nas Flores atingiu-se o máximo histórico de produção hidroelétrica, ultrapassando ligeiramente os 6 GWh, e em São Miguel, a produção situou-se muito próxima da máxima produção hidroelétrica registada na ilha.

Pode-se constatar o carácter de fio de água permanente das centrais de São Miguel e de Além Fazenda, na ilha das Flores, com valores, em geral superiores a 8000 horas de funcionamento e fatores de carga elevados.

Houve uma diminuição da produção da Central do Salto do Cabrito, resultado de uma avaria no alternador, que ocorreu no início do ano (janeiro), que só conseguiu ser reparada em abril desse ano. Nessa central, a produção situou-se num nível bastante abaixo da do ano de 2020. Paralelamente, aquando da instalação do gerador e associada a chuvas muito fortes, ocorreu um movimento de vertente e uma pedra de grandes dimensões embateu na parede da central sem ter provocado danos estruturais. A regularização de terras e remoção de detritos fez aumentar, embora sem grande significado, a indisponibilidade do equipamento.

A central da Fábrica Nova é de operação manual e explora a água disponível na zona a montante da central da Ribeira da Praia o que se reflete nos valores tanto de produção como de horas de funcionamento. Houve necessidade de intervir tecnicamente na central para a regularização da sua terra única cujas leituras ultrapassavam o valor da legislação. Aguarda-se a certificação elétrica do equipamento.

Relativamente à central hidroelétrica dos Tambores, a requalificação da sua turbina foi atrasada pelas vagas pandémicas de 2021, porque condicionou grandemente o movimento de técnicos entre a Áustria e São Miguel a que acresceu o fato de se ter detetado, aquando da sua instalação, a deterioração da chumaceira que também teve que ser requalificada no estrangeiro. Esses dois fatores fizeram com que a central só tivesse tido uma produção marginal em setembro e outubro de 2021.

As chuvas torrenciais que ocorreram em São Miguel durante o ano de 2021, originaram entupimento de canais e movimentos de vertentes, o que levou à contratação de mão de obra adicional e veículos para a limpeza do sistema electroprodutor em cascata da Ribeira Quente, nomeadamente nas centrais hidroelétricas do Canário, Túneis e Foz da Ribeira Quente. Tais chuvas pararam as centrais durante períodos relativamente longos quando comparados com os mesmos períodos do ano passado. Houve um aumento da produção hidroelétrica dessas centrais, quando o curso de água regularizou, mas isso também levou a um aumento da indisponibilidade dos equipamentos por eventos não previstos.

A central da Ribeira da Praia apresentou problemas mecânicos e elétricos no mês de setembro, pelo que se teve de desmontar a turbina e o gerador e transportá-los até ao armazém da central termoelétrica do Caldeirão, por ser difícil efetuar as intervenções técnicas no edifício da própria central. A indisponibilidade do equipamento também aumentou neste ano relativamente ao ano anterior, por motivos imprevistos. Houve necessidade de intervir na central de modo a regularizar os valores anormais da resistência de terra única. Não foi possível baixar esse valor para a referência legal pelo que se optou pela construção de duas terras: terra de serviço e terra de proteção. Aguarda-se a certificação elétrica do equipamento.

Também ocorreram intervenções não programadas na Central da Foz da Ribeira que resultaram da necessidade de ventilar o edifício, de forma a baixar a temperatura no seu interior e deste modo evitar a ocorrência de paragens da central por se ultrapassarem parâmetros técnicos de funcionamento.

Houve uma grande intervenção nos alternadores dos três grupos da central hidroelétrica de Além Fazenda, na ilha das Flores, especialmente no do grupo 4 que apresentava pequenos arcos elétricos e corrosão dos fios de cobre. A intervenção estava programada para o mês de junho, mas a abundância de recurso hídrico levou a que se alterasse tal intervenção para o mês de agosto. O isolamento dos enrolamentos dos alternadores foi efetuado por especialista da marca Leroy-Somer, contratado para o efeito, utilizando uma tinta isoladora resistente ao spray marinho que afeta todos os equipamentos da central, dada a sua proximidade do mar.

No final do ano, uma avaria no sistema de bomba/lubrificação das chumaceiras do grupo 4, de difícil identificação e resolução, por se ter que fabricar peça a peça para esse sistema que já não existe no mercado, levou a que esse grupo ficasse indisponível durante o mês de dezembro.

As centrais hidroelétricas em cascata da ilha Terceira funcionam apenas quando existe água

Indicadores de produção, por central, 2021

Ilha	Central Hídrica	Produção		Variação	
		2021	2020	2021/2020	
São Miguel	Salto do Cabrito	3 360	4 895	-1 535	-31%
	Tambores	26	105	-79	-75%
	Canário	2 308	2 225	83	4%
	Foz Ribeira Quente	5 584	3 129	2 455	78%
	Ribeira da Praia	4 049	3 521	528	15%
	Nova	277	226	51	23%
	Tuneis	10 791	9 746	1 045	11%
Terceira	Nasce D'Água	1 026	852	174	20%
	Cidade	506	377	129	34%
	S. João	705	400	305	76%
Faial	Varadouro	107	0	107	-
Flores	Ribeira Além Fazenda	6 059	4 712	1 348	29%
Total		34 798	30 188	4 610	15,3%

Central	Grupo	Produção (MWh)	Horas de trabalho	Potência Nominal (kW)	Potência Média (kW)	Fator de Carga
Salto do Cabrito	G1	3 360	5 933	710	566	80%
Tambores	G1	26	584	110	44	40%
Canário	G1	2 308	7 988	400	289	72%
Foz da Ribeira	G1	5 584	8 423	824	663	80%
Ribeira da Praia	G1	4 049	8 080	800	501	63%
Fábrica Nova	G2	277	1 028	608	270	44%
Túneis	G1	10 791	8 392	1 614	1 286	80%
Nasce Água	G1	1 026	3 673	720	279	39%
Cidade	G1	506	3 719	264	136	52%
S. João Deus	G1	705	3 754	448	188	42%
Varadouro	G1	107	735	320	146	45%
	G4	1 317	3 414	592	386	65%
Além Fazenda	G5	2 647	7 934	520	334	64%
	G6	2 095	6 319	520	332	64%

no tanque da Costaneira e que se constituem sobras das águas captadas para consumo humano e animal nas nascentes da Furna da Água e do Cabrito. O recurso é limitado, cuja gestão é da competência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

A exploração destas centrais foi retomada em fevereiro de 2019, após a conclusão da substituição do circuito da conduta forçada, com o início do funcionamento da central da Nasce Água. A produção de 2021 situou-se nos 2,18 GWh, o que corresponde a uma produção 34% superior à do ano de 2020. Porque existe uma gestão pouco criteriosa do recurso hídrico, pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, começou-se a estabelecer um protocolo de colaboração que visa a troca de informação entre a EDA Renováveis e a autarquia angrense. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo opôs-se à concessão da atribuição das sobras de água das nascentes do Cabrito e da Furna de Água para produção hidroelétrica pelo que se desenvolveram esforços para tentar entender as razões da autarquia

e explicar a perspetiva de desenvolvimento sustentável da EDA Renováveis. Todas as oposições foram ultrapassadas e aguarda-se a concessão oficial do recurso nos termos estipulados pela Direção Regional dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território.

Na ilha do Faial, no aproveitamento hídrico do Varadouro, encontraram-se, em 2021, problemas associados ao controlo hidráulico e mecânico do injetor, problemas graves na excitatriz, nas chumaceiras e no automatismo, que já existiam em 2020. Conseguiu-se encontrar solução para alguns desses problemas e estabeleceu-se uma ligação que permite operar a central à distância, uma vez que não há qualquer funcionário afeto a esse equipamento. Obteve-se uma produção hidroelétrica da ordem dos 107 MWh, o que se constitui a melhor produção hidroelétrica dos últimos seis anos. Persistem os problemas do controlo hidráulico e mecânico do injetor.

EXPLORAÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS

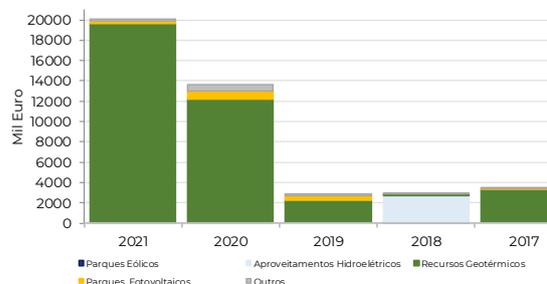
Em 2021, a produção de energia elétrica a partir de recursos solares totalizou 0,5 GWh, decorrente da entrada em exploração do Parque Fotovoltaico do Aeroporto, na ilha de Santa Maria, a 2 de junho. Nos meses anteriores havia sido terminada a montagem dos equipamentos elétricos no posto de transformação / seccionamento e sido efetuados os testes de ligação de todos os equipamentos. Efetuada a ligação à rede, foi iniciada a produção e foram sendo ligados os diversos inversores com entradas parcelares e crescentes de energia fotovoltaica, tendo-se atingido a potência nominal do parque no dia 1 de julho. Neste segundo semestre foi sendo acompanhada a produção do parque e continuando os trabalhos relacionados com a implementação do SCADA, tendo-se efetuado os acertos finais na instalação.

No Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, a produção iniciou-se no dia 16 de dezembro de forma muito limitada para acautelar os impactos na produção térmica da ilha. O atraso na implementação do sistema de controle de potência irá obrigar a que a produção seja limitada e crescente, analisando a integração dessa energia no sistema elétrico da ilha, até que o sistema de controle esteja completamente operacional, o que se prevê para o início do segundo trimestre de 2022.

Como instalações novas que são, as intervenções realizadas visaram resolver pequenos problemas que surgiram de modo que operem na sua vida útil sem problemas. Igualmente, nesse sentido, foram desenvolvidas formações pelo empreiteiro que cobriram as diversas especialidades do projeto.

INVESTIMENTO

Investimento anual	(Mil Euro)				
	2021	2020	2019	2018	2017
Recursos Geotérmicos	19 644	12 124	2 159	206	3 261
Parques Eólicos	0	0	0	27	0
Aproveitamentos Hidroelétricos	18	35	125	2 665	90
Parques Fotovoltaicos	238	843	374	0	42
Outros	187	621	229	99	136
Total	20 087	13 622	2 887	2 997	3 529



O plano da EDA Renováveis integra a estratégia da EDA, S.A de otimização da penetração de energia renovável na Região. Os investimentos relativos a centros produtores, para o período 2022-2026, decorrem das necessidades de manutenção e expansão da capacidade produtiva instalada e são balizados pela possibilidade técnica de integração de energia na rede elétrica dos diversos sistemas.

O Plano, em execução, contempla um investimento global de 105 milhões de euros, sendo de realçar o valor de 55 milhões de euros destinados ao aproveitamento dos recursos geotérmicos. Destaca-se a conclusão da campanha de perfuração, em dezembro de 2021, a qual contemplou a execução de 9 poços nos campos geotérmicos da Ribeira Grande (6) e do Pico Alto (3). Realça-se igualmente a necessidade de renovação e expansão dos parques eólicos, pelo que estão previstos 29 milhões de euros, e ainda a construção de parques fotovoltaicos, no valor global de 13 milhões de euros, a executar em todas as ilhas.

Em 2021, o investimento realizado ascendeu a 20,1 milhões de euros, dos quais 19,6 milhões de euros foram aplicados no aproveitamento de Recursos Geotérmicos, nomeadamente, da execução de poços geotérmicos na Ribeira Grande e no Pico Alto.

Investimento realizado, em 2021

	(Eur)	
Total	20 086 842	100,0%
Recursos Geotérmicos	19 643 915	97,8%
Central Geotérmica da Ribeira Grande	7 766 050	39,5%
Beneficiação edifícios CGRG	37 655	0,2%
Poços Cachaços Lombadas (CL 8, 9, 10)	7 728 395	39,3%
Central Geotérmica do Pico Vermelho	1 805 395	9,2%
Atualização Autómatos e Reles Over Speed	28 071	0,1%
Subestação 60 kV CGPV	11 762	0,1%
Poços Pico Vermelho (PV 12, 13, 14)	1 762 464	9,0%
Expansão CGPV - 5 MW	3 097	0,0%
Central Geotérmica do Pico Alto	10 072 471	51,3%
Poços Pico Alto (PA 5, 6, 7)	9 941 279	50,6%
Constr. condutas ligação poço PA 5	124 089	0,6%
Expansão CGPA (7 MW)	7 102	0,0%
Aproveitamentos Hídricos	17 600	0,1%
Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande	17 600	0,1%
Parques Fotovoltaicos	237 911	1,2%
Parque Fotovoltaico de Santa Maria	50 457	0,3%
Parque Fotovoltaico do Corvo	187 454	1,0%
Aquisições Diretas	187 416	1,0%

PROJETOS DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA GEOTÉRMICA

No âmbito da expansão da capacidade de geração a partir dos aproveitamentos geotérmicos, iniciou-se em 2020, tendo terminado em dezembro de 2021, a campanha de perfuração que contemplou a execução de seis poços geotérmicos de produção na ilha de São Miguel e três poços geotérmicos de produção na ilha Terceira, tendo em vista reforçar a captação de fluido geotérmico e permitir o desenvolvimento dos seguintes projetos de investimento:

- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, para o que foram executados os Poços CL8, CL9 e CL10;
- Expandir a capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 MW para 15 MW, para o que foram executados os Poços PV12, PV13 e PV14;

- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, e, por forma a desenvolver a expansão da capacidade de geração dos atuais 3,5 MW para 10 MW, para o que foram executados os Poços PA5, PA6 e PA7.

Em seguimento à execução dos novos poços geotérmicos, durante o último trimestre de 2021, deu-se início aos ensaios de produção dos poços, tendo sido executados e concluídos os ensaios dos Poços PV12 e PV13, com resultados de produtividade consistentes com os restantes poços do setor do Pico Vermelho. Os ensaios dos restantes poços geotérmicos continuarão, estimando-se o seu término no início do 3º trimestre de 2022.

No âmbito da saturação da potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, foi adjudicado o projeto de execução da Ligação do Poço PA5 à empresa Technoedif Engenharia com o objetivo de antecipar a entrada em serviço do novo poço, sendo também possível a sua adaptação a outro novo poço de produção. Para o desenvolvimento do projeto, assumiram-se critérios de dimensionamento das condutas de transporte e dos equipamentos da estação de separação de geofluido, que serão validados ou revistos após os resultados dos testes de produtividade do poço.

CENTRAL GEOTÉRMICA DA RIBEIRA GRANDE

Na Central Geotérmica da Ribeira Grande, foi concluída a empreitada de beneficiação dos edifícios daquela instalação que permitiu remover todas as telhas de fibrocimento contendo amianto, assim como substituir as telhas cerâmicas dos edifícios que se encontravam bastante degradadas. Adicionalmente, foram remodeladas as instalações sociais da equipa de manutenção, garantindo a melhoria das condições de habitabilidade e conforto para os trabalhadores.

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO VERMELHO

Em 2021, iniciou-se a obra relacionada com atualização dos autómatos de controlo do grupo e dos sistemas auxiliares da Central, de forma a melhorar a operação da Central, assim como alterar e atualizar as proteções de sobrevelocidade do grupo, contudo, esta obra foi suspensa devido à avaria registada no alternador desta instalação, uma vez que a sua execução não permitiria realizar todos os testes de ensaio e comissionamento necessários à conclusão da obra.

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO ALTO

Em 2021, não foram realizadas obras de investimento para a melhoria das condições de exploração da central geotérmica. Assim, todo o esforço de investimento foi direcionado para a execução de três novos poços geotérmicos, PA5, PA6 e PA7, com o objetivo de saturar o grupo existente, e de possibilitar a expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Alto para 10 MW.

CONSTRUÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS NAS ILHAS DE S. MARIA E CORVO

Durante o ano de 2021, foram concluídos os trabalhos nos parques fotovoltaicos nas ilhas de Santa Maria e Corvo.

No Parque Fotovoltaico de Santa Maria decorreram os trabalhos finais da empreitada de Fornecimento e Instalação dos Equipamentos de Média Tensão/Baixa Tensão do Posto de Transformação/Seccionamento com a conclusão dos trabalhos e a ligação à rede a ocorrer a junho.

Relativamente ao Parque Fotovoltaico da ilha do Corvo foram terminados os trabalhos de fornecimento e montagem dos equipamentos para a sala dos inversores e a interligação em baixa tensão à rede elétrica existente tendo a instalação entrado em exploração no dia 15 de dezembro.

AMPLIAÇÕES DOS PARQUES EÓLICOS INSCRITOS EM PLANO DE INVESTIMENTO

No decurso do ano de 2021 foram desenvolvidos trabalhos de prospeção geológica e geotécnica, de projeto de construção civil, processos de licenciamento ambiental e elétrico, bem como de desenvolvimento dos cadernos de encargos com vista ao lançamento dos concursos públicos internacionais para fornecimento de aerogeradores, de classe de potência de 850 kW a 1000 kW, para instalação nos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores.

Do mesmo modo, foram desenvolvidos idênticos trabalhos, de prospeção geológica e geotécnica, de projeto de construção civil, processos de licenciamento ambiental e elétrico, bem como de desenvolvimento dos cadernos de encargos com vista ao lançamento dos concursos públicos internacionais para fornecimento de aerogeradores, de classe de potência de 2000 kW a 2400 kW, para instalação nos parques eólicos das ilhas de São Miguel, Pico e Faial.

CONSTRUÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS

O Plano de investimentos da empresa prevê a instalação de parques fotovoltaicos nas diversas ilhas da região, assim, a par da recolha de dados de irradiação, que decorrem nas diferentes ilhas, foram ainda executadas prospeções de terrenos disponíveis e adequados à instalação de equipamentos de produção fotovoltaica. Na ilha das Flores foi já concretizada essa procura e assegurado o terreno para a futura instalação.

Foram ainda desenvolvidos trabalhos de procura de soluções técnicas e da sua orçamentação com vista aos futuros lançamentos dos concursos públicos necessários.

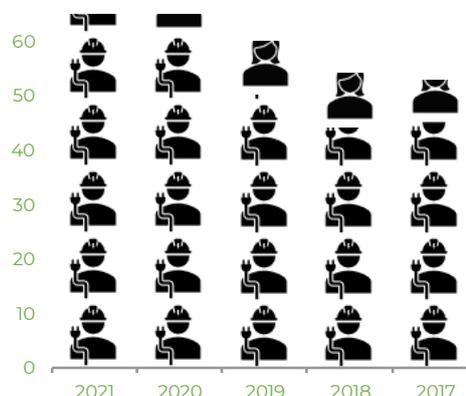
CONSTRUÇÃO DO PARQUE EÓLICO DA ILHA DO CORVO

O Parque Eólico do Cerrado das Vacas, ilha do Corvo, será executado nos anos de 2022 e 2023, prevendo a instalação de aerogeradores entre 100 kW e 300 kW de potência unitária numa potência mínima de 700 kW. Durante o ano foram desenvolvidos os trabalhos de preparação do caderno de encargos e os estudos complementares necessários para que o processo se inicie no primeiro trimestre de 2022.

DOMÍNIO SOCIAL

Número de Trabalhadores, por género

	2021	2020	2019	2018	2017	Var. 2021/20	Estrut. 2021
	72	61	50	44	45	18%	90%
	8	9	10	10	8	-11%	10%
	80	70	60	54	53	-2	100%


38

Em 31 de dezembro de 2021, a EDA Renováveis tinha ao seu serviço 80 trabalhadores, mais 14% do que o verificado no ano anterior. A este total incluem 7 trabalhadores com vínculo contratual com a EDA, S. A. que trabalham na EDA Renováveis.

Do número total de trabalhadores, 90% são do género masculino. Verifica-se a predominância deste género ao longo dos anos, circunstância relacionada essencialmente com o exercício das funções profissionais, pois não se encontra nenhum elemento feminino nas atividades de operador de central ou técnico de manutenção nos serviços, não obstante a coordenação do serviço de operação das centrais geotérmicas em São Miguel e do serviço de manutenção da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, serem assegurados por técnicos superiores do género feminino. Acresce ainda referir que o Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos é coordenado por um trabalhador do género feminino.

Número de Trabalhadores, por faixa etária

anos	2021	2020	2019	2018	2017	Estrut.2021
< 30	27	23	18	12	14	34%
30-50	41	34	29	29	27	51%
> 50	12	13	13	13	12	15%
Total	80	70	60	54	53	100%

A maioria dos trabalhadores concentra-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos. Verifica-se um ligeiro rejuvenescimento, em resultado da contratação de trabalhadores para reforço da equipa na área dos recursos geotérmicos.

Admissões (A) e Saídas (S), por faixa etária

	2021		2020		2019		2018		2017		Total 2021/2017		
	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A-S
< 30	16	9	9	1	6	0	2	3	11	4	44	17	27
30-50	9	5	3	1	0	0	1	0	2	5	15	11	4
> 50	1	2	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2	0
Total	26	16	12	2	6	0	4	3	13	9	61	30	31

Movimento de Admissões (A) e Saídas (S), por género

	2021		2020		2019		2018		2017		Total 2021/2017		
	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A-S
	26	15	12	1	6	0	2	3	13	9	59	28	31
	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0	2	2	0
	26	16	12	2	6	0	4	3	13	9	61	30	31

Neste ano, verificou-se ainda a saída de dezasseis trabalhadores, nomeadamente 1 do género feminino e 15 do género masculino, motivadas por uma cessação de contrato de trabalho de um técnico superior, para passar a exercer funções na EDA e a saída de 15 trabalhadores que haviam sido contratados no âmbito da campanha de perfuração. Dois funcionários da EDA, a exercer funções na EDA Renováveis, aposentaram-se.

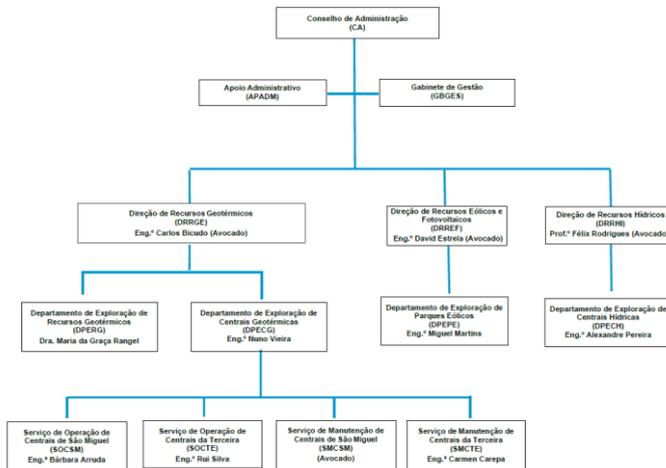
**Número de
Trabalhadores, por
Grupo Funcional**

			
Orgão de Gestão	3	0	3
Chefias	4	3	7
Quadros Superiores	9	2	11
Administrativo	0	3	3
Operacional	56	0	56
Total	72	8	80

No final do ano, o Grupo Funcional “Operacional” representava 70% do total de trabalhadores.

Os quadros superiores representavam 27%. Nesta função enquadram-se as competências ao nível da engenharia, (mecânica e eletrotécnica), do ambiente e de energias renováveis, da geologia e da gestão da empresa.

Os restantes 3%, agregavam os trabalhadores alocados a funções administrativas.



No final de 2021, a organização da empresa assentava numa estrutura baseada na gestão verticalizada dos processos, atendendo às necessidades decorrentes da dispersão geográfica, com expressão ao nível de serviço, no caso da gestão das centrais geotérmicas.

Para além das Direções,

identificam-se oito chefias, de carácter operacional, das quais três são exercidas por responsáveis do género feminino, como é o caso do Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos, do Serviço de Operação de Centrais Geotérmicas de São Miguel e do Serviço de Manutenção da Central Geotérmica da Terceira.

A empresa dispõe de um acordo de empresa que sistematiza matérias de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos, nomeadamente no que se refere a direitos e obrigações dos trabalhadores, regras de funcionamento, carreiras e remunerações, formação profissional, segurança e saúde no trabalho e benefícios sociais.

A empresa proporciona aos seus trabalhadores um seguro de saúde e um Fundo de Pensões para complemento da reforma atribuída pela segurança social do Estado português.

- Capacitação, bem-estar;**
- Partilha de valor;**
- Partilha do conhecimento;**
- Boas práticas de integração**

A formação profissional é um instrumento privilegiado para que, de forma continuada e crescente, se assegure o desenvolvimento do capital humano. Em 2021, a taxa de cobertura da formação profissional foi de 46%, ou seja, do total de 80 trabalhadores, 37 frequentaram, no mínimo, uma ação de formação, relativamente a áreas de segurança no trabalho, a matérias técnicas de diversas especialidades e administrativas.

A segurança e saúde no trabalho são valores basilares da gestão. A EDA Renováveis, no desenvolvimento da sua atividade, tem procurado criar um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar e proporcione condições adequadas de segurança e saúde.

Número de Exames	2021	2020	2019	2018	2017	Var. 2021/20
	60	45	52	36	75	33%

Número de Exames 2021	Admissão	Periódicos	Ocasionais	Total
	14	35	11	60

Nos termos previstos na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que veio regulamentar o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, os serviços de segurança e saúde da empresa são assegurados pela EDA, S.A., enquanto entidade detentora da EDA Renováveis,

na modalidade de serviço interno. A atividade do serviço de medicina em 2021, acompanhou a aplicação das medidas de saúde pública a implementar na empresa, nomeadamente na fixação de critérios a aplicar para a determinação dos planos de emergência.

Em 2021, verificou-se um aumento do número de exames (60), quando comparado com o ano anterior, o que está relacionado com a sazonalidade própria desta atividade, decorrente essencialmente dos escalões etários dos trabalhadores.

Número de Acidentes de Trabalho (com e sem ausências ao trabalho), por género

Ausência ao trabalho	2021			2020			2019			2018			2017		
	com	sem	total												
	3	1	4	2	0	2	1	2	3	3	0	3	4	2	6
	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0
	3	1	4	2	1	3	1	2	3	4	0	4	4	2	6

Verificaram-se 4 registos de Acidentes de Trabalho, 3 dos quais com dias de ausência associados, e 1 sem dias de ausência, igual ao número verificado no ano anterior.

Por sua vez, os Índices de Sinistralidade, calculados em função das lesões profissionais, não mortais e mortais, neste último caso sem qualquer registo, devidas a acidentes de trabalho que tenham originado uma ausência ao trabalho de, pelo menos, um dia, com exclusão do dia do acidente, apresentam, no que se refere à Gravidade, uma evolução negativa com um aumento em mais de 1500%, em virtude do número de dias perdidos por baixas relacionadas com acidentes de trabalho, e um agravamento no que se refere à Frequência e Incidência de 65% e 31%, respetivamente, face aos valores registados no ano anterior.

Índices de Sinistralidade

	2021	2020	2019	2018	2017	Var. 2021/20
Frequência	29,6	17,9	11,2	50,9	48,5	65%
Incidência	37,5	28,6	17,5	75,5	75,5	31%
Gravidade	2225,4	134,0	999,0	1285,0	1444,0	1561%

DOMINÍO AMBIENTAL

A atividade da EDA Renováveis pode originar pequenos impactes no ambiente e na biodiversidade, razão pela qual a empresa assegura um conjunto de medidas de proteção ambiental, mantendo, de forma sistemática, um amplo programa de monitorização, e de implementação de medidas de minimização e de compensação, incluindo ações de dinamização e restauro ecológico, sempre que ocorrem eventuais impactes.

Os poços geotérmicos estão localizados em zonas de desgaseificação caracterizadas pelo elevado fluxo de CO₂ através do solo. De facto, os gases libertados nas Centrais Geotérmicas são os mesmos que ocorrem de forma natural nas manifestações geotérmicas de superfície, incluindo através da desgaseificação difusa através dos solos, fumarolas, e nascentes termais e gasocarbónicas. O gás mais abundante é o CO₂ que geralmente ocorre em concentrações entre 97% e 99%, seguido de frações menores de ácido sulfídrico (1% a 2%), e frações vestigiais de outros gases tais como o hidrogénio, hélio, metano e árgon (os quais no seu conjunto perfazem <1%).

Em 2021, e tendo por base um fator de emissão de 198 gCO₂/kWh, a produção geotérmica originou a libertação de 31 422 toneladas de CO₂ para a atmosfera. Contudo, para a mesma quantidade de eletricidade, estas emissões são muito inferiores às da alternativa fóssil, pelo que os aproveitamentos geotérmicos na Ribeira Grande e no Pico Alto contribuem de forma muito significativa para a descarbonização dos sistemas electroprodutores das ilhas de São Miguel e Terceira, respetivamente. De facto, em 2021, a EDA Renováveis garantiu uma produção total de 258,2 GWh, o que permitiu evitar a libertação de cerca de 120 mil toneladas de CO₂ que, de outra forma, resultariam do consumo de combustíveis fósseis nas Centrais Térmicas, das quais cerca de metade foram evitadas pela produção geotérmica.

Durante o ano de 2021, a EDA Renováveis manteve um forte investimento na implementação de programas de índole de acompanhamento das várias fases dos projetos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto. No que respeita à exploração dos recursos geotérmicos, o investimento atingiu 556 milhares de euros, dos quais 334 milhares de euros respeitam ao acompanhamento ambiental durante a exploração do recurso geotérmico da Ribeira Grande e durante a execução dos novos poços geotérmicos CL8, CL9 e CL10, e cerca de 222 milhares de euros correspondem ao acompanhamento da exploração do recurso no Pico Alto, incluindo também as atividades monitorização durante a execução dos poços PA5, PA6 e PA7.

No campo geotérmico da Ribeira Grande, o programa de monitorização ambiental abrangeu

as atividades correntes de acompanhamento da fase de exploração do recurso, incluindo a sismovulcânica (envolvendo as componentes da geodesia, da geoquímica e da geofísica), os recursos hídricos, e a qualidade do ar, através da estimativa das emissões de gases não condensáveis para a atmosfera nas Centrais do Pico Vermelho e da Ribeira Grande. Para além destas, a execução dos novos poços CL8, CL9 e CL10 foi acompanhada da implementação de atividades adicionais de monitorização, incluindo os recursos hídricos, com execução de múltiplas campanhas de amostragem segundo a frequência e parâmetros físico-químicos estabelecidos no RECAPE do Projeto, e o controlo topográfico da estabilidade de taludes na envolvente da plataforma de perfuração.

Na Ribeira Grande foi ainda continuada a monitorização sismovulcânica do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, nas vertentes da geoquímica, geodesia, e da geofísica, bem a monitorização e vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios públicos e privados do Lugar das Caldeiras.

No campo geotérmico do Pico Alto, os programas de monitorização ambiental implementados em 2021 incluíram a sismovulcânica (geoquímica, geofísica e geodésica), os recursos hídricos, a ecologia, os solos, e a qualidade do ar. À semelhança do efetuado na Ribeira Grande, também a execução dos novos poços PA5, PA6 e PA7 foi acompanhada da implementação de programas específicos de monitorização, mas estes mais abrangentes, envolvendo atividades não só ao nível dos recursos hídricos, mas também ao nível dos solos e da ecologia, de acordo com o plano estabelecido no RECAPE desta fase do projeto.

No âmbito da dinamização ecológica e recuperação paisagística dos terrenos envolventes aos acessos e plataformas dos novos poços executados nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto, a EDA Renováveis promoveu ao plantio de cerca de 4 mil pés de *Cryptomeria japonica*, em colaboração com a Direção Regional dos Serviços Florestais.

Esta estratégia de florestação, para além de uma maior valorização dos terrenos, permitirá a fixação de CO₂, contribuindo para a minimização dos gases de efeito estufa. Segundo Abreu (2011), a taxa de sequestro de carbono aumenta ao longo da idade da árvore, segundo a expressão algébrica: taxa de sequestro (kgCO₂/ano) = 0,2062 x idade da planta (anos) + 1,1001. Assumindo que metade do plantio agora efetuado vingará, ao fim de 20 anos esta ação de florestação permitirá o sequestro total de cerca de 130 toneladas de carbono.

A EDA Renováveis, ao nível de manutenção e exploração de centrais míni hídricas, na sua política ambiental implementada, tem como principais objetivos proteger e reduzir a perda de biodiversidade existente nos ecossistemas nos quais estão inseridos os seus sistemas

electroprodutores. Desta forma, a EDA Renováveis decidiu, desde 2012, abraçar o Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia, na Ribeira Quente, que tem como missão a captura e realocação de enguias juvenis, designadas por meixão, que se encontram em processo de migração, evitando a sobrecarga de esforço necessária para ultrapassar as barreiras artificiais e os circuitos hidráulicos das quatro centrais míni hídricas.

Em 2021, as capturas e realocações de espécimes da enguia europeia aumentaram relativamente aos anos anteriores, com 612 espécimes recolhidas na míni hídrica da Foz da Ribeira e 40 espécimes recolhidas na central míni hídrica dos Túneis.

Destaca-se ainda o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido de manutenção dos circuitos e trilhos pedestres junto das centrais hidroelétricas da Fajã Redonda e Salto do Cabrito, da Ribeira da Praia, do canal da Central da Fábrica Nova e ainda das antigas centrais da Empresa de Electricidade e Gás (EEG), em São Miguel, permitindo o acesso a esses locais de forma segura e promovendo também o património cultural. Por sua vez, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Alto possuem percursos circundantes com painéis explicativos, quer da produção geotérmica, quer da biodiversidade dos locais, o que proporciona o contacto com a população local, turistas e alunos de diferentes graus de ensino.

EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	Eur			
	2021	2020	Variação 2021/2020	
Vendas e serviços prestados	26 000 211	28 370 191	(2 369 980)	-8%
Subsídios à Exploração	2 400	2 093	307	15%
Trabalhos para a Própria Entidade	1 254 804	852 252	402 551	47%
Outros Rendimentos e Ganhos	1 644 429	1 987 364	(342 935)	-17%
Rendimentos Operacionais	28 901 844	31 211 901	(2 310 057)	-7%
Custo das Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas	224 979	240 889	(15 910)	-7%
Fornecimentos e Serviços Externos	5 210 950	5 488 620	(277 671)	-5%
Gastos com o Pessoal	2 628 368	2 159 747	468 621	22%
Gastos/reversões de Depreciação e Amortizações	7 827 387	7 884 279	(56 892)	-1%
Imparidades de investimentos	(248 921)	0	(248 921)	-
Outros Gastos e Perdas	2 657 684	3 179 498	(521 814)	-16%
Gastos Operacionais	18 300 447	18 953 034	(652 588)	-3%
Resultado Operacional (EBIT)	10 601 397	12 258 866	(1 657 469)	-14%
Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITDA)	18 179 863	20 143 146	(1 963 283)	-10%
Resultados Financeiros	(10 817)	30 338	(41 155)	-136%
Resultado Antes de Impostos	10 590 580	12 289 205	(1 698 624)	-14%
Imposto sobre o Rendimento do Período	2 667 728	2 338 041	329 687	14%
Resultado Líquido do Período	7 922 852	9 951 164	(2 028 311)	-20%

Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

No exercício de 2021, a EDA Renováveis regista um Resultado Líquido positivo de 7 923 milhares de euros, 20% inferior ao valor obtido no ano de 2020.

Os Proveitos Operacionais ascendem a 28 902 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 7%, face ao valor registado em 2020.

Em 2021, o Resultado Líquido da EDA Renováveis atingiu os 7 923 milhares de euros.

	2021	2020	Varição 2021/2020	Eur
Vendas de Electricidade	25 998 732	28 303 476	(2 304 744)	-8%
Geotérmica	16 050 054	19 512 132	(3 462 078)	-18%
Eólica	6 378 181	5 756 079	622 102	11%
Hídrica	3 518 097	3 035 266	482 831	16%
Fotovoltaica	52 401	-	-	-
Prestação de Serviços	1 479	66 715	(65 236)	-98%
Volume de Negócios	26 000 211	28 370 191	(2 369 980)	-8%

O **Volume de Negócios**, em 2021 totalizou 26 000 milhares de euros, valor 8% inferior ao ocorrido no ano anterior.

Os serviços prestados, relativos a trabalhos de captação de água atingiram o valor de 1,5 milhares de euros.

Relativamente ao previsto, para o ano de 2021, verifica-se um desvio de -8%, sendo que as vendas de energia de origem geotérmica registam um desvio negativo de 18%, as vendas relativas a energia de origem hídrica um desvio positivo de 16% e as resultantes da energia eólica um desvio positivo de 11%.

Os **Trabalhos para a própria empresa**, no montante de 1 255 milhares de euros, registam um valor substancialmente mais elevado do que o verificado no ano anterior (852 milhares de euros) em resultado do reconhecimento de gastos com o investimento em curso ao nível dos recursos geotérmicos, com a campanha de perfuração e de outras ações de investimento e, embora com menor intensidade, também com o investimento nos parques fotovoltaicos. Do total, 682 milhares de euros são relativos a Gastos com Pessoal e 564 milhares de euros a Fornecimentos e Serviços Externos, quando no ano anterior se verificou um gasto de 410 milhares de euros e 433 milhares de euros respetivamente.

A rubrica **Outros rendimentos e ganhos**, no valor de 1 644 milhares de euros, está relacionada fundamentalmente com reconhecimento de subsídios ao investimento, 1 068 milhares de euros, (913 milhares de euros relativos a ativos imobilizados de centrais geotérmicas e 155 milhares de euros relativo a centrais hídricas) e com o registo de compensações de deslastes efetuados ao parque eólico da Serra do Cume de 427 milhares de euros.

As compensações referem-se a deslastes do Parque Eólico da Serra do Cume e resultam da aplicação do Despacho Normativo N.º 65/2011, de 17 de agosto, da Secretaria Regional do Ambiente e Energia, que estabelece as regras a observar pela Concessionária do Transporte e Distribuição de Electricidade da Região Autónoma dos Açores na deslastragem dos centros electroprodutores não vinculados ao serviço público, atendendo à prioridade estabelecida na colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

Do total das compensações, no valor de 427 milhares de euros, 297 milhares de euros estão

refletidos em gastos, atendendo a que respeitam a deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da central geotérmica do Pico Alto, cujas condições técnicas de exploração não recomendam o seu deslastre, o que origina a saída dos parques eólicos, no caso, o Parque Eólico da Serra do Cume, que é compensado pelo valor da perda respetiva. Os remanescentes 130 milhares de euros são compensações recebidas da TERAMB, empresa municipal de gestão de resíduos, relativas a deslastes do Parque Eólico da Serra do Cume decorrente igualmente das condições técnicas de interruptibilidade da central de valorização energética de resíduos.

O **Custo das matérias consumidas**, no valor de 225 milhares de euros, regista um decréscimo de 7% e está essencialmente associado à utilização de pentano nas centrais geotérmicas e de inibidores de precipitação de calcite nos poços geotérmicos.

Os **Fornecimentos e serviços externos** ascenderam a 5 211 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 5%, face ao valor registado em 2020. Do valor total desta rubrica, 564 mil euros estão relacionados com os trabalhos para a própria empresa.

Os **Gastos com o pessoal**, que representam cerca de 14% dos Gastos Operacionais, ascenderam em 2021 a 2 628 milhares de euros, 22% acima do valor registado no ano anterior, em resultado do acréscimo do número de trabalhadores, para fazer face aos investimentos em curso, e dos gastos decorrentes da atualização salarial ocorrida em 2021.

Os **Outros gastos e perdas**, no valor de 2 658 milhares de euros, apresentam um decréscimo de 16% relativamente ao valor registado em 2020. Esta rubrica inclui essencialmente as compensações previstas nos contratos de concessão da exploração económica dos recursos geotérmicos situados no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel e no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, de 12,5% a aplicar ao valor das vendas de energia do ano, que totalizaram 2 006 milhares de euros.

As compensações devidas por deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da Central Geotérmica do Pico Alto ascendeu a 522 milhares de euros e referem-se a deslastes efetuados ao Parque Eólico da Serra do Cume, da própria empresa, no valor de 297 milhares de euros, e ao Parque Eólico da CAEN, no valor de 225 milhares de euros.

Os **Resultados financeiros** registam um valor negativo de cerca de 11 milhares de euros. Deste valor 16 milhares de euros respeitam a juros e rendimentos similares obtidos, relativos à aplicação de excedentes de tesouraria, na forma de empréstimo concedido em aberto, ao acionista EDA, que em 31 de dezembro de 2021 ascendia a 38 130 milhares de euros. Estes empréstimos são remunerados à taxa de juro média das emissões de Programas de Papel Comercial de Curto Prazo da EDA, no final do mês anterior ao da cedência ou, na ausência de

emissões de Curto Prazo, à taxa da emissão do PPC de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da emissão, com prazo mais próximo da data da cedência, o que determinou uma taxa média de 0,01%.

Os Juros e gastos similares, no total de 27 milhares de euros, referem-se aos juros suportados com empréstimos para financiamento da atividade da empresa no valor de 8 milhares de euros e outras despesas financeiras no valor de 19 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	2021	2020	Variação 2021/2020		Eur Estr. 21
Ativos fixos tangíveis	81 482 318	68 876 842	12 605 476	18%	63%
Ativos intangíveis	195 526	214 021	(18 495)	-9%	0%
Outros investimentos financeiros	34 864	30 924	3 939	13%	0%
Clientes	0	209 224	(209 224)	-100%	0%
Ativos por impostos diferidos	6 547 207	7 699 305	(1 152 098)	-15%	5%
Activo Não Corrente	88 259 914	77 030 316	11 229 599	15%	68%
Inventários	87 762	114 879	(27 117)	-24%	0%
Clientes	2 009 295	3 448 828	(1 439 533)	-42%	2%
Estado e outros entes públicos	420 874	0	420 874	100%	0%
Acionistas	38 130 000	49 680 000	(11 550 000)	-23%	29%
Outros créditos a receber	129 543	38 303	91 240	238%	0%
Diferimentos	247 466	111 094	136 373	123%	0%
Caixa e depósitos bancários	324 231	97 529	226 703	232%	0%
Activo Corrente	41 349 171	53 490 632	(12 141 461)	-23%	32%
Activo	129 609 085	130 520 948	(911 863)	-1%	100%
Capital subscrito	23 799 970	23 799 970	0	0%	18%
Reservas legais	4 759 994	4 759 994	0	0%	4%
Outras reservas	14 016	14 016	0	0%	0%
Resultados transitados	70 711 815	65 736 273	4 975 542	8%	55%
Outras variações no capital próprio	8 097 728	8 738 705	(640 977)	-7%	6%
Resultado líquido do período	7 922 852	9 951 164	(2 028 312)	-20%	6%
Capital Próprio	115 306 375	113 000 122	2 306 253	2%	89%
Provisões	3 110 345	3 044 048	66 297	2%	2%
Financiamentos obtidos	1 090 909	1 954 545	(863 636)	-44%	1%
Outras dívidas a pagar	2 333 356	2 718 979	(385 623)	-14%	2%
Passivo Não Corrente	6 534 611	7 717 572	(1 182 961)	-15%	5%
Fornecedores	1 461 424	1 192 554	268 870	23%	1%
Estado e outros entes públicos	363 941	1 343 560	(979 619)	-73%	0%
Financiamentos obtidos	866 885	867 507	(621)	0%	1%
Outras dívidas a pagar	5 075 849	6 399 632	(1 323 783)	-21%	4%
Passivo Corrente	7 768 099	9 803 253	(2 035 154)	-21%	6%
Passivo	14 302 710	17 520 825	(3 218 116)	-18%	11%
Capital Próprio e Passivo	129 609 085	130 520 948	(911 863)	-1%	100%

O Ativo Total ascende a 130 milhões de euros. O Ativo não corrente corresponde a 68%. O Ativo corrente, no valor de 41 milhões de euros, integra a conta Acionistas, representando a mesma 29% do Ativo total.

O **Ativo não corrente**, correspondente a 68% do ativo total, ascende a 88 260 milhares de euros, mais 15% do que o valor registado em 2020.

O **Ativo fixo tangível** ascende a 81 482 milhares de euros, mais 18%, do que o valor verificado no ano anterior. Os Terrenos, Edifícios e Outras Construções e Equipamento Básico representam 59,2% deste agregado e os ativos em construção 40,8%.

51

O Ativo em curso regista um acréscimo de 18 004 milhares de euros, relativamente ao ano anterior. Em 2021, foi efetuado um investimento no valor de 20 083 milhares de euros, nomeadamente 9 571 milhares de euros, no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, cujo ativo em curso ascende a 19 199 milhares de euros, 10 072 milhares de euros no Campo Geotérmico do Pico Alto, cujo ativo em curso ascende a 13 551 milhares de euros, 238 milhares de euros, na construção dos Parques Fotovoltaicos da Ilhas de Sta. Maria e do Corvo e 18 milhares de euros no Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, cujo imobilizado em curso corresponde a 420 milhares de euros. Acresce ainda as aquisições de cerca de 187 milhares de euros (621 milhares de euros, em 2020), relativas a terrenos, equipamento básico e administrativo.

A provisão para o desmantelamento dos Parques Eólicos em exploração sofreu um reforço de 79 milhares de euros, correspondente à dotação do ano.

As Imparidades acumuladas, em 31 de dezembro de 2021 ascendem a 31 222 milhares de euros. Deste total, 21 811 milhares de euros referem-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto, 6 249 milhares de euros ao Poço PA1, do mesmo campo geotérmico, 1 958 milhares de euros ao Poço Geotérmico RG5 e 1 202 milhares de euros ao Poço Geotérmico CL2.

O Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, após diversos estudos e pareceres, foi determinado como uma área de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica e, na sequência, realizado 40 967 milhares de euros de investimento em estudos, perfuração e instalação de poços geotérmicos, do qual parte foi financiado, a fundo perdido pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8 009 milhares de euros, em 2009.

Em 2011, o poço geotérmico PA1, foi tecnicamente definido como “abandonado”, pelo que os gastos incorridos com o mesmo, no montante de 6 249 milhares de euros foram considerados irrecuperáveis e integralmente reconhecidos em 2011.

Em 2013, na sequência de nova avaliação da capacidade produtiva do Campo Geotérmico do Pico Alto foi calculada a quantia recuperável do investimento e constituída uma imparidade de 17 907 milhares de euros, reforçada posteriormente, em 2017, em 3 905 milhares de euros. Deste modo, as imparidades acumuladas constituídas relativas ao Campo Geotérmico do Pico Alto totalizavam no início do ano em análise, 21 811 milhares de euros.

Em setembro de 2017, entrou em exploração a Central Geotérmica do Pico Alto, com uma potência instalada de 3,5 MW, passível de expansão até 10 MW.

Anualmente os ativos deste campo geotérmico são sujeitos a testes de imparidade, tendo o valor de uso dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, sido calculado em 4 107 milhares de euros, inferior em 261 milhares de euros ao valor do ativo líquido registado, de 4 368 milhares de euros.

A vida útil dos ativos prevê o período do contrato de concessão da exploração do recurso. O custo médio ponderado do capital (WACC) foi de 4,37%.

A ponderação de cenários adversos relativamente ao cenário base, nomeadamente variação de -10%, nos cash-flows do projeto e de agravamento de um ponto percentual na WACC, conduz a valores de uso inferiores ao valor do ativo registado, em -569,9 milhares de euros e -595,0 milhares de euros, respetivamente, no entanto não foi efetuado o reforço determinado no cenário base de 261 milhares de euros, no valor da imparidade acumulada, mantendo-se assim o total de imparidades acumuladas no valor de 21 811 milhares de euros.

No Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, registou-se, em 2013, uma imparidade de 1 202 milhares de euros relativa ao poço Geotérmico CL2 . A imparidade correspondeu aos gastos de limpeza e reparação mecânica do poço, após ter sido detetada uma deformação no seu interior, condicionante da geração de geofluido e consequente viabilidade. O poço foi nestes termos desconsiderado do parque de poços de produção.

Ainda no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, foi, em 2016, constituída uma imparidade de 1 958 milhares de euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5, por ter sido reconhecida a sua inviabilidade económica.

Os **Ativos por impostos diferidos** ascendem a 6 547 milhares de euros e estão relacionados com a constituição de imparidades de ativos (Campo Geotérmico do Pico Alto e poço

geotérmico RG5), reexpressão de ativos produtivos, provisão para desmantelamento dos Parques Eólicos, relativamente às depreciações de ativos fixos tangíveis e a imparidades de clientes.

No final do ano de 2021, o Ativo corrente correspondente a 32% do ativo total, ascendia a 41 349 milhares de euros, menos 12 351 milhares de euros do que o valor registado em 2020, em resultado, essencialmente do decréscimo do saldo da Conta Acionista, em resultado da utilização de parte dos recursos financeiros aplicados no acionista para fazer face aos investimentos em curso, que representa 92% deste total, no montante de 38 130 milhares de euros. A concessão de empréstimos enquadra-se no âmbito da gestão financeira integrada do grupo EDA, conforme previsto no artigo 4^a dos estatutos da empresa mãe, relativamente à definição da estratégia, da coordenação da atividade e da gestão global das funções comuns, nomeadamente na área financeira, com vista à obtenção de sinergias de grupo.

O Passivo da EDA Renováveis totaliza 14 302 milhares de euros, menos 18% do que o valor verificado em 2020.

O Passivo em 31 de dezembro de 2021 ascendia a 14 302 milhares de euros.

Destaca-se ao nível do Passivo, as rubricas de **Outras dívidas a pagar**, no valor de 7 409 milhares de euros, que representa 52% desse agregado. As responsabilidades respeitam essencialmente ao

pagamento a fornecedores, relacionados com investimento em curso, no valor de 2 312 milhares de euros, à contrapartida financeira pela exploração de recursos geotérmicos, no valor de 2 006 milhares de euros, a ajustamentos por impostos a pagar no futuro, referente aos subsídios ao investimento reconhecidos ao nível do Capital Próprio, no valor de 1 826 milhares de euros, a garantias prestadas por fornecedores de imobilizado, no valor de 655 milhares de euros e ainda, a outros acréscimos de gastos, no valor de 610 milhares de euros relativos a pessoal e a terceiros.

Os **financiamentos obtidos** totalizam 1 958 milhares de euros e referem-se exclusivamente a empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), cuja amortização final está prevista ocorrer em 2024.

A rubrica de **Provisões**, no valor de 3 110 milhares de euros, relativa ao desmantelamento dos parques eólicos contempla a operação e a reposição do terreno nas condições iniciais.

Em 2021, procedeu-se ao reforço, no valor de 66,3 milhares de euros. Deste montante 78,6 milhares de euros respeitam à dotação do ano e -12,3 milhares de euros à atualização da taxa de desconto e da taxa de inflação.

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis ascendem a 115 306 milhares de euros, mais 2% do que o valor verificado em 2020.

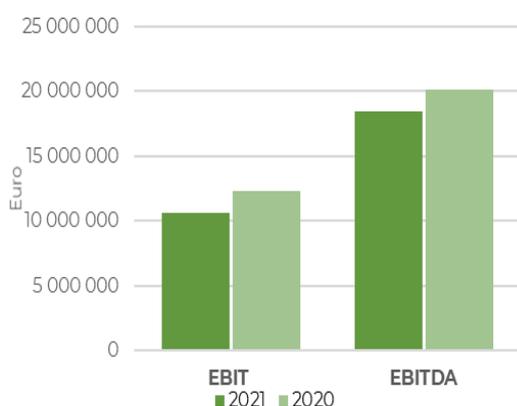
Os Capitais Próprios da empresa totalizam 115 306 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 2 306 milhares de euros, decorrente do efeito conjugado do resultado do exercício, da aplicação do resultado do período anterior e da amortização dos subsídios não reembolsáveis ao investimento.

Em 2021, destaca-se o Resultado Líquido no valor de 7 923 milhares de euros, a distribuição de dividendos no valor de 4 976 milhares de euros e a amortização de subsídios ao investimento no valor de 1 068 milhares de euros.

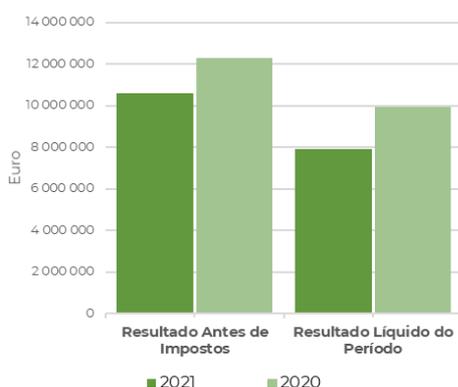
RESULTADOS DO PERÍODO

	2021	2020	Varição 2021/2020	
				Eur
EBIT	10 601 397	12 258 866	(1 657 469)	-14%
EBITDA	18 179 863	20 143 146	(1 963 283)	-10%
Resultados Financeiros	(10 817)	30 338	(41 155)	-136%
Resultado Antes de Impostos	10 590 580	12 289 205	(1 698 624)	-14%
Resultado Líquido do Período	7 922 852	9 951 164	(2 028 311)	-20%
Resultado por ação	1,66	2,09	(0,43)	-20%

Em 2021, o Resultado Operacional foi de 10 601 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 14%, face ao valor verificado em 2020, correspondente a 1 657 milhares de euros. Por seu turno, o EBITDA apresentou um decréscimo de 10%, situando-se nos 18 180 milhares de euros.

55


O Resultado Líquido do período ascendeu a 7 923 milhares de euros, menos 2 028 milhares de euros que em 2020, o que corresponde a um decréscimo de 20%. Tendo em conta esse rendimento e o número de ações, determina-se um resultado por ação de 1,66 euros, inferior em 0,43 euros por ação, quando comparado com o valor verificado em 2020.



O Imposto sobre o Rendimento do Período apresenta um agravamento de 330 milhares de euros, mais de 14% do que em 2020, devido à redução do saldo dos impostos diferidos a recuperar em resultado da redução da taxa de IRC na Região Autónoma dos Açores, que passou de 20,5% para 18,4%, e que se traduziu num impacto de 745 milhares de euros negativo no resultado líquido da EDA Renováveis.

Os principais indicadores financeiros, referentes ao período compreendido entre 2017 e 2021, apresentam a seguinte evolução, sendo de destacar os resultados obtidos e a solidez económica e financeira da empresa.

	(Eur)						
	2021	2020	2019	2018	2017	Variação 2021/2020	
Volume de negócios	26 000 211	28 370 191	28 026 272	28 977 275	27 299 374	(2 369 980)	-8%
EBITDA	18 179 863	20 143 146	19 849 356	20 832 540	20 747 806	(1 714 361)	-9%
EBIT	10 601 397	12 258 866	12 065 741	12 923 946	6 486 816	(1 657 469)	-14%
Resultado antes de impostos	10 590 580	12 289 205	12 054 361	12 901 036	6 437 010	(1 698 624)	-14%
Resultado líquido do período	7 922 852	9 951 164	9 390 385	10 111 491	8 700 334	(2 060 305)	-21%
Resultado por ação	1,66	2,09	1,97	2,12	1,83	(0)	-21%
Cash-Flow	14 432 922	16 727 236	16 172 428	16 744 685	21 042 983	(2 326 308)	-14%
VAB	20 388 863	21 933 075	20 706 762	21 497 339	20 353 238	(1 544 212)	-7%
Ativo líquido	129 609 085	130 520 948	126 263 592	125 142 100	123 223 529	(948 120)	-1%
Investimento (ano)	20 086 842	13 621 703	2 887 295	2 996 579	3 528 518	6 461 537	47%
Capital próprio	115 306 375	113 000 122	108 630 477	105 179 065	100 709 047	2 274 259	2%
Endividamento (Passivo/Ativo)	11%	13%	14%	16%	18%	(0)	-18%
Gearing (Financiamentos/Financ.+Capital Proprio)	1,7%	2,4%	4,3%	6,2%	8,4%	(0)	-31%
Autonomia Financeira (Capital próprio/Ativo total)	89%	87%	86%	84%	82%	0	3%
Solvabilidade (Capital próprio/ Passivo total)	806%	645%	616%	527%	447%	2	25%
Número de trabalhadores	80	70	60	54	53	10	14%

PERSPETIVAS

Para o ano de 2022, a EDA Renováveis estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 261,0 GWh, sendo a produção a partir da fonte geotérmica responsável por 166,7 GWh, a produção de energia elétrica de origem hídrica de 30,8 GWh, de origem eólica de 62,7 GWh e de origem fotovoltaica de 0,8 GWh.

A EDA Renováveis, tendo em consideração os limites técnicos de integração da energia no sistema elétrico de cada uma das ilhas, procura otimizar o acréscimo de produção de energia elétrica através de fontes energéticas renováveis, aproveitando, sempre que possível, os recursos endógenos geotérmicos, eólicos, hídricos e fotovoltaicos.

No futuro próximo, face aos investimentos programados nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS (baterias), a instalar nas ilhas de S. Maria, São Miguel, Terceira, S Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, a realizar pela EDA, concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica, prevê-se uma maior capacidade de penetração de energias renováveis por substituição de parte da energia térmica de base, pelo que os investimentos em energias renováveis, poderão permitir aumentar, em 2025, a parcela correspondente à emissão com base em energias renováveis/recursos endógenos para cerca de 61,1%, no total dos Açores.

Para o período de 2022 a 2026 está previsto um investimento total de cerca de 105,4 milhões de euros.

Destacam-se 55,3 milhões para a expansão (12 MW) e consolidação da exploração dos recursos geotérmicos, dos quais 16,9 milhões de euros para a Central da Ribeira Grande (Cachaços Lombadas), 16,8 milhões de euros para a Central do Pico Vermelho, em São Miguel e 21,4 milhões de euros a investir na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.

Ao nível dos recursos eólicos, está prevista a substituição dos aerogeradores dos parques das ilhas de Santa Maria, São Jorge Pico e Flores, e a ampliação dos parques das ilhas de São Miguel e do Faial, com um reforço global da potência instalada de 10,2 MW e um investimento global de 28,5 milhões de euros.

Ao nível dos recursos fotovoltaicos encontram-se em análise a instalação de parques nas ilhas de Sta. Maria, São Miguel, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, com uma potência total a instalar de cerca de 8,95 MW e um investimento global de 12,6 milhões de euros, no período de 2021 a 2025.

Ao nível dos recursos hídricos decorrem os estudos para a instalação de um novo aproveitamento na ilha das Flores, com uma potência 1,1 MW e de um novo aproveitamento

hidroelétrico na Povoação, na ilha de São Miguel, com uma potência de 1 MW. Pretende-se instalar um sistema piloto Vortex, à saída da central hidroelétrica dos Túneis com uma potência de cerca de 100 kW para perceber as vantagens técnicas e económicas de apostar na microgeração hídrica. Também se aposta na instalação de painéis fotovoltaicos nos tetos de quatro centrais hidroelétricas para garantir o consumo dos equipamentos.

De acordo com o perspectivado no plano de negócios da empresa espera-se em 2022 atingir um Volume de negócios de 26 596 milhares de euros e um Resultado Líquido de 7 806 milhares de euros.

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS

Objeto Social e Acionistas

A EDA Renováveis é uma sociedade anónima, criada em 2 de fevereiro de 1990, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel. A sociedade tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins. O capital social da sociedade é de 23 799 970 euros, representado por 4 759 994 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. detém 99,68% do capital social da empresa e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. uma participação de 0,32%.

59

Ações Próprias

Em 31 dezembro de 2021 a empresa não detinha ações próprias.

Sucursais da sociedade

A empresa não detém quaisquer sucursais.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem situações, entre a data de encerramento do exercício económico e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nomeadamente quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Concessões de exploração de recursos naturais

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 16 de junho de 2020, prorrogável, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

60

Ao nível da exploração de recursos hídricos, a empresa detém as seguintes concessões para a captação de água superficial para produção de energia, na ilha de São Miguel, relativa à Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; à Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e dos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como da Ribeira da Praia, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém ainda a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica na ilha das Flores, relativamente às Ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algares, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, local de Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019 e da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2018.

Os parques eólicos detêm as respetivas licenças de exploração.

Informação relativa ao disposto no Art.º 16º, do Decreto Legislativo Regional N.º 7/2008-A, de 24 de março

A EDA Renováveis, S.A é uma empresa pública, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008-/A, de 24 de março, pelos que deve, conforme Art.º 16, do referido diploma, prestar as informações complementares que seguidamente se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA Renováveis são vertidas nas propostas de Plano Plurianual e Orçamento que anualmente são submetidas a aprovação da Assembleia Geral. O Plano Plurianual, 2022-2026 foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 29 de dezembro

de 2021 de e está disponível em:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENOVAVEIS.aspx>.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o Art.º 7.º do pacto social, é composto pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com o previsto no Art.º 20.º, do pacto social da sociedade é constituído por um Fiscal Único.

61

Os Órgãos Sociais, para o triénio 2019/2021, foram eleitos na reunião da Assembleia Geral, realizada no dia 6 maio de 2019. A sua composição até ao dia 5 de março de 2021 foi a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
Vice-presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira
Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente (executivo): Duarte José Botelho da Ponte
Administrador (executivo): Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins
Administrador (executivo): José Luís Pimentel Amaral
Administrador (executivo): Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte
Administrador (executivo): David Luís Ramalhinho Estrela

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Luís Fernandes Branco ROC n.º 652;
Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520.

Nos termos do n.º 3, do art.º 398.º, do Código das Sociedades Comerciais os membros do

Conselho de Administração e o Fiscal Único foram dispensados da prestação de caução.

Na sequência da renúncia da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por deliberação Assembleia Geral, de 5 de março de 2021, foi nomeada para Presidente da Mesa Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda.

Também por deliberação da Assembleia Geral, realizada no dia 5 de março de 2021, foi alterada a composição dos Órgãos Sociais da sociedade na sequência da apresentação, nos termos do art.º 24. do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, da renúncia ao mandato em curso do presidente do Conselho de Administração, Duarte José Botelho da Ponte e da administradora Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins e ainda da demissão, por mera conveniência, do administrador, José Luís Pimentel Amaral, nos termos do art.º 23 do mesmo diploma.

Assim, a composição do Conselho de Administração, na sequência da deliberação da Assembleia Geral datada de 5 de março de 2021, para o mandato de 2019/2021 é atualmente a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente: Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Administrador: Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador: António Félix Flores Rodrigues

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco
ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares
Giesta, ROC n.º 520

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos membros do órgão de gestão e administração em 2021

Duarte José Botelho da Ponte

Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009 à data, Presidente da Direção da Escola de Novas Tecnologias dos Açores entre 2010 e 2013, Presidente do Conselho de Administração da EDA, S.A e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., de maio de 2011 a março de 2020.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

Licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 a março de 2020. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 a fevereiro de 2020. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda,S.A, de abril de

2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde dessa data a novembro de 2019.

José Luís Pimentel Amaral

Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. é professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A. de maio de 2014 à data e Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2014 à março de 2020.

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management pela Universidade de Dublin, na Irlanda. Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias

Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA Renováveis em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA Renováveis, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da EEG.

65

David Luís Ramalhinho Estrela

Bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Electricidade e Gás, Lda – Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA Renováveis, desde 2013.

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos novos membros do órgão de gestão e administração eleitos na Assembleia Geral de 5 de março de 2021

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1985. Assistente Estagiário da Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, de novembro de 1985 a março de 1987, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade III (Analítica ou de Custos) e Controlo Orçamental. Subdiretor da Caixa Económica da Misericórdia da Ponta Delgada, de março de 1987 a novembro de 1988, com responsabilidade nas áreas financeira, administrativa e informática. Monitor do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, de março de 1987 a março de 1990, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental.

Diretor Regional do Tesouro, da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, de novembro de 1988 a novembro de 1989.

Vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial dos Açores (BCA), nomeado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, de novembro de 1989 a setembro de 1996, data de conclusão do processo de reprivatização do BCA. Diretor do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), de outubro de 1996 a dezembro de 2008, tendo sido responsável sucessivamente pela Direção Operacional e Direção de Planeamento e Contabilidade. Coordenador do projeto de implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) no Grupo Banif, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2005, entre julho de 2004 e junho de 2006. Diretor do Banif - Banco Internacional do Funchal (Banif), de julho de 2007 a dezembro de 2015, tendo sido responsável sucessivamente pelas Direção de Contabilidade, Orçamento e Estatística, Direção de Contabilidade e Planeamento e Direção de Contabilidade e Controlo.

Vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA (SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S.A., SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A., SATA Internacional – Azores Airlines, S.A., SATA – Gestão de Aeródromos, S.A.) de 6 de abril de 2016 a 31 de outubro de 2016, tendo cessado as funções por renúncia ao cargo.

Administrador da Universidade dos Açores, em regime de comissão de serviço, desde 15 de maio de 2018 até 31 de janeiro de 2021.

Francisco Manuel Sousa Botelho

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de

Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985, fez o Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as Regiões Autónomas e o Continente e da entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi ainda membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S.A., Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. É Membro do Conselho Directivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, Membro do Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA) da Iniciativa Energy for Sustainability (Efs) da Universidade de Coimbra (UC), Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (CC APVE) e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

António Félix Flores Rodrigues

Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994, Doutorado em Ciências do Ambiente-Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do

Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), licenciatura em Tecnologia Agro-Alimentar, licenciatura em Guias da Natureza, licenciatura em Natureza e Património, licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturanga, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas

Nuno Henrique Oliveira Pimentel: Presidente do Conselho de Administração da EDA, S. A.

Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA, S. A.

António Félix Flores Rodrigues, Administrador não Executivo da EDA, S.A.

Remunerações do Órgão de Gestão e Administração

A Assembleia Geral, na sequência da eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2019/2021, fixou as respetivas remunerações e benefícios sociais para os três membros do Conselho de Administração remunerados, Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte, no valor fixo de € 5.796,00 e Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins e David Luís Ramalhinho Estrela, no valor fixo de € 5.546,37, a processar 14 vezes por ano, sujeitas às reduções legais aplicáveis.

Posteriormente, em 5 de março de 2021, com a eleição para Administrador Executivo de António Félix Flores Rodrigues, a Assembleia Geral fixou-lhe a componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, no montante de 5.546,37 € (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e sete cêntimos) sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis, bem como os outros descontos legais em vigor

Nas supra referidas reuniões da Assembleia Geral, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, foi deliberado atribuir aos Administradores Executivos os benefícios sociais em vigor na empresa para os seus trabalhadores, nomeadamente subsídio de almoço, complemento de abono de família, seguro de saúde e desconto de eletricidade.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2021 corresponderam a:

Orgão de Gestão	Remunerações Brutas	(Eur)	
		Benefícios Sociais e Encargos	Total
Administrador	77 086,80	22 369,70	99 456,50
Administrador	75 208,80	22 554,72	97 763,52
Administrador	29 259,20	7 628,43	36 887,63
Administrador	60 865,51	17 853,16	78 718,67
	242 420,31	70 406,01	312 826,32

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 euros a processar 12 vezes por ano.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Indicação do número de reuniões do Órgão de Gestão e Administração, com referência sucinta às matérias versadas

Durante o ano de 2021, o Conselho de Administração realizou 28 reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmico, hídrico e eólico, à apreciação mensal as contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2021, no valor de 7 922 852,28 euros, (sete milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e vinte e oito cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:

Dividendos	3 961 466,00 euros
Resultados Transitados	3 961 386,28 euros

Ponta Delgada, 23 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

EDA Renováveis, S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice das demonstrações financeiras

BALANÇO	74
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	75
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	76
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	77
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	78
1 Introdução.....	78
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	79
3 Principais políticas contabilísticas.....	81
4 Fluxos de caixa.....	96
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	97
6 Ativos fixos tangíveis.....	98
7 Ativos intangíveis.....	104
8 Outros investimentos financeiros.....	105
9 Ativos e passivos por impostos diferidos.....	106
10 Inventários	107
11 Clientes.....	107
12 Estado e outros entes públicos.....	108
13 Acionistas.....	108
14 Outros créditos a receber.....	109
15 Diferimentos.....	109
16 Capital subscrito	110
17 Reservas legais e outras.....	110
18 Outras variações no capital próprio.....	111
19 Provisões.....	112
20 Financiamentos obtidos.....	112
21 Fornecedores	113
22 Outras dívidas a pagar	114
23 Vendas e serviços prestados.....	115
24 Trabalhos para a própria entidade	115
25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	116
26 Fornecimentos e serviços externos	116
27 Gastos com pessoal	117
28 Outros rendimentos.....	118
29 Outros gastos.....	119
30 Gastos e rendimentos financeiros.....	119
31 Imposto sobre o rendimento	120
32 Dividendos	121
33 Compromissos	121
34 Contingências.....	122
35 Matérias ambientais.....	122
36 Partes relacionadas.....	123
37 Gestão de Risco	127
38 Disposições legais.....	127
39 Eventos subsequentes	128

BALANÇO

		31 de dezembro	
		2021	2020
	Nota		
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	81 482 318	68 876 842
Ativos intangíveis	7	195 526	214 021
Outros investimentos financeiros	8	34 864	30 924
Clientes	11	-	209 224
Ativos por impostos diferidos	9	6 547 207	7 699 305
		88 259 915	77 030 316
Corrente			
Inventários	10	87 762	114 879
Clientes	11	2 009 295	3 448 828
Estado e outros entes públicos	12	420 874	-
Acionistas	13	38 130 000	49 680 000
Outros créditos a receber	14	129 543	38 302
Diferimentos	15	247 466	111 094
Caixa e depósitos bancários	4	324 231	97 529
		41 349 171	53 490 632
Total do ativo		129 609 086	130 520 948
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23 799 970	23 799 970
Reservas legais	17	4 759 994	4 759 994
Outras reservas	17	14 016	14 016
Resultados transitados	17	70 711 815	65 736 273
Outras variações no capital próprio	18	8 097 727	8 738 705
Resultado líquido do período		7 922 852	9 951 164
Total do capital próprio		115 306 375	113 000 122
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	3 110 345	3 044 048
Financiamentos obtidos	20	1 090 909	1 954 545
Outras dívidas a pagar	22	2 333 358	2 718 979
Passivos por impostos diferidos	9	-	-
		6 534 612	7 717 572
Corrente			
Fornecedores	21	1 461 424	1 192 554
Estado e outros entes públicos	12	363 941	1 343 560
Financiamentos obtidos	20	866 885	867 507
Outras dívidas a pagar	22	5 075 850	6 399 633
		7 768 100	9 803 254
Total do passivo		14 302 712	17 520 826
Total do capital próprio e do passivo		129 609 086	130 520 948

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	23	26 000 211	28 370 191
Subsídios à exploração	27	2 400	2 093
Trabalhos para a própria entidade	24	1 254 804	852 252
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(224 979)	(240 889)
Fornecimentos e serviços externos	26	(5 210 950)	(5 488 620)
Gastos com o pessoal	27	(2 628 368)	(2 159 747)
Outros rendimentos	28	1 644 429	1 987 364
Outros gastos	29	(2 657 684)	(3 179 498)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 179 863	20 143 146
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 827 387)	(7 884 279)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	248 921	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10 601 397	12 258 867
Juros e rendimentos similares obtidos	30	15 913	68 120
Juros e gastos similares suportados	30	(26 730)	(37 782)
Resultado antes de impostos		10 590 580	12 289 205
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	(2 667 728)	(2 338 041)
Resultado líquido do período		7 922 852	9 951 164
Resultado por ação básico	16	1,66	2,09

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2020		23 799 970	4 759 994	14 016	61 046 382	9 619 730	9 390 385	108 630 477
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	18	-	-	-	-	(881 025)	-	(881 025)
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	9 390 385	-	(9 390 385)	-
		-	-	-	9 390 385	(881 025)	(9 390 385)	(881 025)
Resultado líquido do período							9 951 164	9 951 164
Resultado integral							9 951 164	9 951 164
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 700 494)	-	-	(4 700 494)
		-	-	-	(4 700 494)	-	-	(4 700 494)
A 31 de dezembro de 2020		23 799 970	4 759 994	14 016	65 736 273	8 738 705	9 951 164	113 000 122
A 1 de janeiro de 2021		23 799 970	4 759 994	14 016	65 736 273	8 738 705	9 951 164	113 000 122
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	18	-	-	-	-	(640 977)	-	(640 977)
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	9 951 164	-	(9 951 164)	-
		-	-	-	9 951 164	(640 977)	(9 951 164)	(640 977)
Resultado líquido do período							7 922 852	7 922 852
Resultado integral							7 922 852	7 922 852
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 975 622)	-	-	(4 975 622)
		-	-	-	(4 975 622)	-	-	(4 975 622)
A 31 de dezembro de 2021		23 799 970	4 759 994	14 016	70 711 815	8 097 727	7 922 852	115 306 375

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		31 981 791	34 588 910
Pagamentos a fornecedores		(5 769 750)	(7 984 734)
Pagamentos ao pessoal		(2 505 832)	(2 046 222)
Caixa gerada pelas operações		23 706 210	24 557 955
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 091 648)	(2 064 297)
Outros recebimentos/ pagamentos		(7 084 239)	(5 279 850)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		14 530 322	17 213 808
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(20 080 056)	(12 034 154)
Ativos intangíveis		(16 753)	(15 870)
Investimentos financeiros		(163 835 000)	(128 330 000)
Outros activos		(3 939)	(2 834)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	4 728
Investimentos financeiros		175 385 000	129 765 000
Juros e rendimentos similares		53 248	51 400
Outros activos		-	586
Dividendos	28	60 500	39 500
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(8 437 001)	(10 521 643)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos obtidos		(863 636)	(2 038 636)
Juros e gastos e similares		(27 360)	(41 493)
Dividendos	17 e 32	(4 975 622)	(4 700 494)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(5 866 619)	(6 780 623)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	97 529	185 989
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	324 231	97 529

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores (“RAA”), com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo.

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a

eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados no contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2021 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 101,10 euros/MWh (2020: 101,00 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 23 de março de 2022. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais,

no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo em consideração que a atividade da Empresa se traduz na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis com garantia de venda de toda a eletricidade que produz à EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2021	2020
USD	1,1334	1,2271

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 1 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade a depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados em Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos

descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de

prospecção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciables, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospecção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

86

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor

para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

87

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo

amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 7,2%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da

percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27).

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão

associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de reabilitação do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- a) Expectativa de custo a ser incorrido;
- b) Data previsível da ocorrência dos custos;
- c) Taxa de inflação;
- d) Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Em exercícios anteriores decorrente de obrigações contratuais em vigor, a Empresa constitui uma provisão para reabilitação de bens do ativo fixo tangível (parques eólicos) instalados nas diversas ilhas. Esta provisão foi calculada tendo por base vida útil do ativo.

95

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações,

quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

96

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	770	461
Depósitos bancários	323 461	97 068
	<u>324 231</u>	<u>97 529</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 – Demonstrações de Caixa.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2021								
Custo de aquisição	3 839 137	28 842 177	229 238 518	878 140	252 771	687 220	17 124 352	280 862 314
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(18 527 222)	(160 439 160)	(718 716)	(228 204)	(601 348)	-	(180 514 649)
Valor líquido	3 270 949	8 788 176	41 381 822	159 424	24 567	85 872	15 166 033	68 876 842
Movimento de 2021								
Adições	75 968	-	37 728	-	5 719	68 001	19 899 425	20 086 842
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	78 604	-	-	-	-	78 604
Transferências e abates	-	318 660	1 577 054	-	-	-	(1 895 714)	-
Imparidade do período	-	31 053	217 868	-	-	-	-	248 921
Depreciação - período	-	(906 705)	(6 800 316)	(56 438)	(12 730)	(32 702)	-	(7 808 892)
	3 346 917	8 231 184	36 492 760	102 986	17 556	121 171	33 169 744	81 482 318
31 de dezembro de 2021								
Custo de aquisição	3 915 105	29 160 836	230 931 905	878 140	258 490	755 221	35 128 063	301 027 760
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 902)
Depreciações acumuladas	-	(19 433 926)	(167 239 476)	(775 154)	(240 934)	(634 050)	-	(188 323 541)
Valor líquido	3 346 917	8 231 184	36 492 760	102 986	17 556	121 171	33 169 744	81 482 318

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 882 109	811 992	246 722	646 824	5 547 386	267 371 823
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(17 657 319)	(153 533 839)	(684 693)	(213 573)	(580 324)	-	(172 669 748)
Valor líquido	2 889 122	9 595 382	46 930 734	127 299	33 149	66 500	3 589 065	63 231 252
Movimento de 2020								
Adições	392 087	-	94 866	86 151	7 088	40 396	13 001 115	13 621 703
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	41 312	-	-	-	-	41 312
Alienações	(10 260)	-	-	(20 003)	(1 039)	-	-	(31 302)
Transferências e abates	-	62 697	1 220 231	-	-	-	(1 424 150)	(141 222)
Depreciação - período	-	(869 903)	(6 905 321)	(54 026)	(15 670)	(21 024)	-	(7 865 943)
Depreciação - alienações e abates	-	-	-	20 003	1 039	-	-	21 042
	3 270 949	8 788 176	41 381 822	159 424	24 567	85 872	15 166 033	68 876 842
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	3 839 137	28 842 177	229 238 518	878 140	252 771	687 220	17 124 352	280 862 314
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(18 527 222)	(160 439 160)	(718 716)	(228 204)	(601 348)	-	(180 514 649)
Valor líquido	3 270 949	8 788 176	41 381 822	159 424	24 567	85 872	15 166 033	68 876 842

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2021 englobam 187.416 euros de adições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 19.899.426 euros, essencialmente relativos a geotermia na Ilha de São Miguel (9.571.445 euros) e Ilha Terceira (10.072.471 euros), ao parque fotovoltaico da Ilha de Santa Maria (50.457 euros) e da ilha do Corvo (187.454 euros) e ao aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande na ilha das Flores (17.600 euros).

100

Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2021 e 2020 aos ativos em curso de construção.

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2021	2020
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	420 150	402 550
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	-	1 190 704
Ilha do Corvo	-	148 437
	420 150	1 741 692
Campo Geotérmico Pico Alto		
Execução de três poços	13 309 139	3 367 860
Ensaio e prospeção adicional (7 MW)	110 702	110 702
Construção de condutas ligação	124 089	-
Expansão (7MW)	7 102	-
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Execução de três poços Pico Vermelho	7 875 013	6 112 549
Execução de três poços Cachaços Lombada	10 870 432	3 142 036
RG5	1 958 319	1 958 319
Substituição encabeçamento poços CL	276 993	276 993
Substituição encabeçamento poços CPV	133 036	133 036
Atualização automatismos e reles	28 071	-
Subestação CPV	11 922	162
Expansão (5MW)	3 097	-
Beneficiação do edifício	-	281 005
	34 707 913	15 382 660
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
	32 749 595	13 424 341
Saldo a 31 de dezembro	33 169 744	15 166 033

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2021	2020
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 202 488	1 451 409
	31 221 902	31 470 823

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de

interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017. Com base na avaliação dos níveis de produtividade dos poços, iniciar-se-á a expansão da sua capacidade produtiva até 10 MW, num investimento que deverá atingir cerca de 21,4 milhões de euros entre 2022 e 2025, prevendo-se a sua conclusão em 2025.

102

O imobilizado total em exploração no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 41.111.178 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2021 uma produção de cerca de 25,9 GWh (em 2020 – 23,7 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	4,37%	5,08%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para a central no seu estado atual, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2022 e que se manteve constante para o período projetado de 2022-2042. Embora a capacidade instalada da Central seja de 3,5 MWh, utilizou-se a sua potência real atual de 2,5 MWh.

Em 2020, o valor de uso foi estimado com a ponderação dos efeitos da expansão da capacidade produtiva, que está associada a campanha de perfuração de 3 poços geotérmicos direcionais.

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 4,37%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico

destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	4,37%	3,37%	5,37%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	4 107 473	4 477 824	3 773 240
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	4 416 610		
Redução de 10%	3 798 335		

103

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a quantia recuperável da unidade geradora de caixa foi estimada em 4.107.473 euros, inferior em 260.718 euros face ao valor do ativo registado em 2021:

	2021	2020
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	26 179 669	27 642 767
Investimento em curso	-	3 623 042
Imparidades acumuladas	(21 811 479)	(21 811 479)
	4 368 190	9 454 330

A Administração não procedeu ao registo do reforço da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PAI que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no

poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

Transferências e abates

As transferências realizadas em 2021 resumem-se como se segue:

	<u>2021</u>
Transferência para Ativo fixo tangível	
Parque Fotovoltaicos - Ilha Santa Maria	1 241 161
Parque Fotovoltaicos - Ilha Corvo	335 893
Beneficiação do edifício	318 660
	<u>1 895 714</u>

104

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 136.664 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Direitos superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2020			
Custo de aquisição	346 761	13 892	360 653
Amortizações acumuladas	(130 273)	(13 892)	(144 165)
Valor líquido	216 488	-	216 488
Movimento de 2020			
Adições	15 869	-	15 869
Amortização - período	(18 336)	-	(18 336)
	214 021	-	214 021
31 de dezembro de 2020			
Custo de aquisição	362 631	13 892	376 522
Amortizações acumuladas	(148 609)	(13 892)	(162 501)
Valor líquido	214 021	-	214 021
Movimento de 2021			
Adições	-	-	-
Amortização - período	(18 495)	-	(18 495)
	195 526	-	195 526
31 de dezembro de 2021			
Custo de aquisição	362 631	13 892	376 523
Amortizações acumuladas	(167 104)	(13 892)	(180 996)
Valor líquido	195 526	-	195 526

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	% detida	2021	2020
Investimentos em associadas			
SEGMA	10	19 988	19 988
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2 494	2 494
		22 482	22 482
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		12 382	8 442
		34 864	30 924

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos (Nota 31)	(407 543)	111 815
	<u>407 543</u>	<u>(111 815)</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2021	13 908	462 094	49 846	500 535	6 402 627	270 294	7 699 305
Atualização da taxa	(1 425)	(47 078)	(5 106)	(35 093)	(655 852)	-	(744 554)
Constituição por resultados	-	22 625	-	(157 929)	-	(270 294)	(405 598)
Reversão por resultados	-	-	-	-	(1 945)	-	(1 945)
Movimento do período	(1 425)	(24 453)	(5 106)	(193 022)	(657 797)	(270 294)	(1 152 097)
A 31 de dezembro de 2021	12 484	437 641	44 740	307 513	5 744 830	-	6 547 207

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2020	13 908	424 817	49 846	696 024	6 402 894	-	7 587 489
Constituição por resultados	-	37 277	-	(195 489)	-	270 294	112 083
Reversão por resultados	-	-	-	-	(267)	-	(267)
Movimento do período	-	37 277	-	(195 489)	(267)	270 294	111 815
A 31 de dezembro de 2020	13 908	462 094	49 846	500 535	6 402 627	270 294	7 699 305

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Materiais diversos	87 762	85 217
Materiais em trânsito	-	29 662
	87 762	114 879
Imparidade de inventários	-	-
	87 762	114 879

107

O saldo de materiais diversos refere-se ao inibidor químico utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2021 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 224.979 euros (2020: 240.889 euros) (Nota 25).

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a composição da rubrica de clientes é como se segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - outros	203 817	-	203 817	6 265	209 224	215 489
Clientes - grupo (Nota 36)	1 805 478	-	1 805 478	3 442 563	-	3 442 563
Clientes de cobrança duvidosa	81 566	-	81 566	81 566	-	81 566
	2 090 860	-	2 090 860	3 530 394	209 224	3 739 618
Imparidade de clientes	(81 566)	-	(81 566)	(81 566)	-	(81 566)
	2 009 295	-	2 009 295	3 448 828	209 224	3 658 052

i) Clientes - outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2021 refere-se, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (1.802.593 euros) e juros debitados ao acionista (2.885 euros).

Tratando-se de saldos a receber correntes não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte movimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A 1 de janeiro	81 566	81 566
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	<u>81 566</u>	<u>81 566</u>

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	420 874	-	-	227 423
Imposto sobre rendimento - IRS	-	26 199	-	24 402
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	269 291	-	1 046 562
Contribuições para segurança social	-	68 450	-	45 174
Imposto a pagar/recuperar	<u>420 874</u>	<u>363 941</u>	<u>-</u>	<u>1 343 560</u>

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pagamentos por conta	2 206 077	2 209 122
Retenções na fonte	721	13 311
Estimativa de IRC (Nota 31)	<u>(1 785 924)</u>	<u>(2 449 856)</u>
	<u>420 874</u>	<u>(227 423)</u>

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são 38.130.000

euros e 49.680.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 0,01% (2020: 0,14%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 3.606 euros (2020: 66.556 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses é renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, estando classificada em ativo corrente.

109

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	2021	2020
	Corrente	Corrente
Outros devedores	64 211	35 418
Pessoal	9 747	1 697
Adiantamentos a fornecedores	55 585	1 187
	129 543	38 302

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	2021	2020
Seguros	247 466	111 094
	247 466	111 094

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	Ações		
	Quantidade	Valor	% detida
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905	23 724 525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089	75 445	0,32%
	4 759 994	23 799 970	100,00%

110

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2020	4 759 994	14 016	61 046 383	65 820 392
Aplicação do resultado do período	-	-	9 390 385	9 390 385
Dividendos atribuídos	-	-	(4 700 494)	(4 700 494)
31 de dezembro de 2020	4 759 994	14 016	65 736 274	70 510 283
Aplicação do resultado do período	-	-	9 951 163	9 951 163
Dividendos atribuídos	-	-	(4 975 622)	(4 975 622)
31 de dezembro de 2021	4 759 994	14 016	70 711 815	75 485 825

A 31 de dezembro de 2021 a reserva legal encontra-se totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2021, do resultado apurado no período no montante de 9.951.164 euros foram distribuídos dividendos de 4.975.622 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 4.975.542 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 959 849
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 773
	4 975 622

18 Outras variações no capital próprio

111

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Subsídios		
1 de janeiro		
Produção geotérmica	9 750 718	10 663 943
Produção eólica e hídrica	1 241 364	1 435 783
Outros	-	563
	10 992 082	12 100 289
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(913 225)	(913 225)
Produção eólica e hídrica	(155 171)	(194 419)
Outros	-	(563)
	(1 068 396)	(1 108 207)
31 de dezembro	9 923 686	10 992 082
Outras dívidas a pagar		
1 de janeiro		
Transferência	(2 253 377)	(2 480 559)
Atualização da taxa	219 021	227 182
	208 397	-
31 de dezembro	(1 825 959)	(2 253 377)
	8 097 727	8 738 705

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo desta rubrica não é distribuível aos acionistas.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	2021	2020
Produção geotérmica	7 211 394	7 751 820
Produção eólica e hídrica	886 334	986 884
	8 097 727	8 738 705

112

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 1.825.958 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2020: 2.253.377 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	2021	2020
A 1 de janeiro	3 044 048	3 004 300
Efeito financeiro (Nota 30)	(12 307)	(1 565)
Dotação do ano (Nota 6)	78 604	41 312
Movimento do período	66 297	39 747
A 31 de dezembro	3 110 345	3 044 048
Saldo não corrente	3 110 345	3 044 048
	3 110 345	3 044 048

No exercício de 2021 a Empresa atualizou o valor da provisão tendo utilizado uma taxa de desconto negativa de 0,19% a 0,03% positiva, com base nas vidas úteis do ativo.

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	863 636	1 090 909	1 954 545	863 636	1 954 545	2 818 182
	863 636	1 090 909	1 954 545	863 636	1 954 545	2 818 182
Juros a pagar - especialização	3 249	-	3 249	3 870	-	3 870
	866 885	1 090 909	1 957 794	867 507	1 954 545	2 822 052

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito, vencendo juro a taxas anuais compreendidas entre 0,108% e 0,821%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	menos de 1 ano	entre 1 ano e 5 anos	mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	863 636	1 090 909	-	1 954 545

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2021	2020
Fornecedores - outros	i)	1 054 765	929 122
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	406 659	263 432
		1 461 424	1 192 554

i) Fornecedores – outros: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)	-	-	-	69 014	-	69 014
Fornec. investimentos - outros	2 312 405	-	2 312 405	3 122 444	-	3 122 444
i)	2 312 405	-	2 312 405	3 191 457	-	3 191 457
Outros credores						
Credores por garantias prestadas - grupo	66 038	-	66 038			
Credores por garantias prestadas	81 658	507 400	589 058	125 498	465 602	591 100
Credores diversos	11 849	-	11 849	15 975	-	15 975
Ajustamentos por imposto a pagar	-	1 825 958	1 825 958	-	2 253 377	2 253 377
Credores por acréscimos de gastos						
Encargos com remunerações	350 209	-	350 209	295 774	-	295 774
Outros acréscimos de custo	2 253 693	-	2 253 693	2 770 929	-	2 770 929
	5 075 850	2 333 358	7 409 208	6 399 633	2 718 979	9 118 612

114

i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado nos campos geotérmicos;

ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto, montantes que serão liquidados em 2022;

iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio;

iv) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2021 no montante de 2.006.257 euros (2020: 2.439.017 euros). A taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2021 e 2020 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e para o Campo Geotérmico do Pico Alto (Nota 29). E 247.436 euros (2020: 265.725 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar por terceiros em diversas obras de investimento e de exploração

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas de eletricidade		
Fotovoltaica	52 401	-
Hídrica	3 518 097	3 035 266
Eólica	6 378 181	5 756 079
Geotérmica	16 050 054	19 512 132
	<u>25 998 732</u>	<u>28 303 476</u>
Serviços Prestados		
Outros	1 479	66 715
	<u>26 000 211</u>	<u>28 370 191</u>

115

As vendas de eletricidade, no montante de 25.998.732 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

A diminuição das vendas de energia geotérmica verificada no exercício de 2021 deveu-se à paragem da Central Geotérmica do Pico Vermelho de setembro a dezembro de 2021, devido a uma avaria técnica que apenas ficou resolvida em janeiro de 2022.

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecimentos e serviços externos	563 733	410 094
Gastos com pessoal	682 138	433 271
Outros gastos e perdas	8 933	8 888
	<u>1 254 804</u>	<u>852 252</u>

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2021	2020
Inventários iniciais (Nota 10)	114 879	78 094
Compras	197 862	277 674
Inventários finais (Nota 10)	(87 762)	(114 879)
	224 979	240 889

116

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2021 e 2020 é como segue:

		2021	2020
Conservação e reparação	i)	2 189 225	2 655 482
Trabalhos especializados	ii)	987 491	1 068 886
Seguros	iii)	393 237	350 367
Subcontratos	iv)	371 172	370 936
Rendas e alugueres		324 618	226 292
Deslocações e estadas		262 193	63 073
Transporte de mercadorias		160 523	162 931
Vigilância e segurança		109 472	112 828
Combustíveis		99 594	37 521
Eletricidade		78 963	76 132
Limpeza, higiene e conforto		75 441	67 493
Ferramentas e utensílios		43 641	28 438
Outros fluídos		19 494	18 752
Honorários		8 433	18 330
Outros (inferiores a 15.000 euros)		87 453	231 160
		5 210 950	5 488 620

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, serviços de apoio das áreas administrativas

prestados pelo acionista EDA e serviços relacionados com a monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos;

iii) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos;

iv) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa.

117

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 36)	250 707	232 035
Pessoal	1 814 944	1 444 308
	2 065 651	1 676 342
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	469 044	383 146
Prémios para benefícios reforma	18 196	40 118
Gastos de ação social	54 740	41 755
Pensões	12 015	10 088
Formação profissional	-	1 210
Outros	8 724	7 089
	562 717	483 405
	2 628 368	2 159 747

O número médio de empregados em 2021 foi de 76 (2020: 63).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se às contribuições para planos de contribuição definida no montante de 18.196 euros (2020: 40.118 euros).

Em 2021 e 2020, o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 12.015 euros (2020: 10.088 euros).

Em 2021, a EDAR beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 2.400 euros (2020: 2.093 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.

28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

118

		2021	2020
Reconhecimento de subsídios ao investimento	i)	1 068 396	1 108 207
Deslastragens		426 927	517 162
Excesso para estimativa de imposto		71 557	302 424
Dividendos		60 503	39 500
Diferenças cambiais		7 922	13 172
Rendimentos suplementares	ii)	5 529	406
Sinistros		3 589	-
Outros rendimentos operacionais		6	1 607
Alienações		-	4 887
		1 644 429	1 987 364

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2021	2020
Produção geotérmica	913 225	913 225
Produção eólica e hídrica	155 171	194 419
Outros	-	563
	1 068 396	1 108 207

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2021	2020
Impostos e taxas	i)	2 042 456	2 469 949
Deslastragens		522 029	527 583
Diferenças cambiais		34 100	23 625
Indemnizações de exploração		24 307	22 272
Donativos		18 795	67 045
Quotizações		15 612	15 786
Multas e penalidades		211	268
Outros gastos operacionais		174	1 238
Correções relativas a períodos anteriores		-	51 026
Alienações - Investimentos não financeiros		-	707
		2 657 684	3 179 498

119

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2021, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.006.257 euros (2020: 2.439.017 euros). A taxa de compensação em 2021 e 2020 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel e para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira.

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

		2021	2020
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	7 795	10 548
Outros gastos e perdas financeiros		18 936	27 234
		26 730	37 782
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros acionistas (Notas 13 e 36)		3 606	66 556
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		12 307	1 565
		15 913	68 120

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	1 785 924	2 449 856
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	881 804	(111 815)
	2 667 728	2 338 041

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 18,4% e 20,5% respetivamente.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2021	2020
Resultado antes de impostos	10 590 580	12 289 205
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis	(246 815)	65 877
Outros	98	98
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	(45 089)	(227 036)
Benefícios fiscais	-	(18 500)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	10 298 774	12 109 643
Matéria coletável	10 298 774	12 109 643
Taxa nominal de imposto	14,70%	16,80%
	1 513 920	2 034 420
Derrama Municipal	80 693	181 645
Derrama Estadual	223 957	328 386
Deduções à coleta	(34 817)	(97 776)
Tributação autónoma	2 171	3 182
Imposto diferido	881 804	(111 815)
Impostos sobre o rendimento do exercício	2 667 728	2 338 041

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações

financeiras é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxa de imposto	14,70%	16,80%
Derrama	0,78%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,10%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	3,50%	4,00%
> 35.000.000	6,30%	7,20%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2021 foram de 4.975.622 euros (2020: 4.700.494 euros) (Nota 17).

33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a empreitadas e equipamentos, conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empreitadas e equipamentos	6 252 704	22 643 629
	<u>6 252 704</u>	<u>22 643 629</u>

34 Contingências

Passivos contingentes

A EDAR tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2021	2020
Região Autónoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da Ribeira Grande	2020	500 601	500 601
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 391
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	1 636 364	2 181 818
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	2 494	2 494
			2 745 249	3 290 703

122

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a EDA Renováveis não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a EDAR não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao

desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

123

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção daqueles estiveram relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos e prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2021	2020
Remunerações (Nota 27)	250 707	232 035
	250 707	232 035

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	2021	2020
Fiscal Único	15 000	15 000
	15 000	15 000

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes
i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

125

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	25 998 732	28 303 476
	<u>25 998 732</u>	<u>28 303 476</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	3 606	66 556
	<u>3 606</u>	<u>66 556</u>
Outros rendimentos		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	-	42
	<u>-</u>	<u>42</u>
Compras de produtos e serviços		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	571 088	557 199
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	653 291	914 722
	<u>1 224 379</u>	<u>1 471 921</u>
Saldos devedores e credores		

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	2021	2020
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	39 935 478	53 122 563
	39 935 478	53 122 563
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	164 730	135 334
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	307 933	167 668
	472 662	303 003

126

a) Compreende 38.130.000 euros e 49.680.000 euros em dezembro de 2021 e 2020, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13. Adicionalmente, inclui eletricidade do mês de dezembro no montante de 1.810.515 euros e juros no montante de 2.885 euros (Nota 11).

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	2021	2020
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	45 063	101 511
	45 063	101 511

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2021	2020
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	35	29 443
	35	29 443

37 Gestão de Risco

127

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta dos excedentes de fundos monetários gerados pela empresa, aplicados no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria que pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Empresa concede empréstimos à sua Empresa-Mãe a partir do excedente de tesouraria obtido.

38 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

39 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Cláudio Manuel Raposo Torres

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

131

Senhores acionistas,

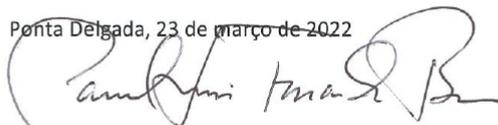
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:



- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 23 de março de 2022



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

134

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 129.609.086 euros e um total de capital próprio de 115.306.375 euros, incluindo um resultado líquido de 7.922.852 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

135

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza



material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 23 de março de 2022

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EDA Renováveis, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 129.609.086 euros e um total de capital próprio de 115.306.375 euros, incluindo um resultado líquido de 7.922.852 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



EDA Renováveis, S.A.
Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2021

139

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes - ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024